
039ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA 27NOV2017

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra.

A Sra. Mônica Leal (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do PLCL nº 036/17 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje, e que ele seja o primeiro na ordem de votação na próxima Sessão, na quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Mônica Leal. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Valter Nagelstein: Sr. Presidente, eu quero fazer um apelo aos Vereadores. Os nossos concidadãos, moradores do Bairro Petrópolis, lutam há cinco anos contra uma violência que se perpetra contra eles. Nós já votamos duas leis aqui na Casa e, infelizmente, o Ministério Público e outras instâncias nos derrotam. O projeto do Ver. Dr. Thiago é o segundo item da Ordem do Dia, e, na semana passada, vieram pessoas aqui e tiveram que ir embora, pois não conseguimos votar. Eu queria fazer um apelo aos Vereadores para nós entrarmos na Ordem do Dia e deixarmos estas discussões que podemos fazer em outros momentos e enfrentarmos o que é substantivo desta Casa, que são os PLs que estão em votação, especialmente em homenagem aos moradores de Petrópolis que há cinco anos aguardam isso e que, na semana passada, já foram embora daqui de mãos vazias. Não precisa ninguém concordar, mas pelo menos vamos enfrentar esta matéria e vamos votá-la, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Passamos à

PAUTA

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; Ver. Valter, eu não abri mão porque, na verdade, o projeto não está em segundo lugar na priorização; ele está em quinto, sexto lugar; tem veto antes, e tem um requerimento encaminhado por vários Vereadores, várias Vereadoras sobre o tema da presença do Prefeito nesta Casa; tem projeto da Mesa Diretora, são vários projetos. Nós não queremos, obviamente, desrespeitar a presença dos nossos cidadãos e cidadãs, apenas queremos dizer, sobre o tema do projeto de lei, que a maioria dos imóveis inventariados em Porto Alegre é anterior a esta lei que se quer extinguir, portanto, o inventário tem uma previsão legal federal e determina ao Município fazê-lo. Todos os inventários da Cidade Baixa são anteriores à lei, os da Floresta são anteriores à lei. A lei veio, na verdade, para estabelecer tempos e critérios para poder o cidadão se manifestar e também como um instrumento de uso dos índices construtivos. A lei é uma regulamentação. Terminar com esta lei não resolve o tema do inventário, porque é uma previsão no Estatuto da Cidade, na legislação federal. Então, está sendo vendida uma falsa ilusão sobre este tema. Nós precisamos é de um Governo que respeite a lei, que ofereça o instrumento da venda dos índices construtivos para quem tem moradia inventariada.

E é nesse sentido que o Ver. Adeli Sell propõe a possibilidade – e quero elogiá-lo pela iniciativa – de permitir o uso de jardins verticais em muros, paredes, empenas cegas e similares. Esses jardins, como uma iniciativa inclusive já realizada pela Unisinos, na frente do Anchieta, e acho que vi em outros lugares já, são maravilhosos, são alternativas para que a nossa Cidade tenha um ajardinamento, um tratamento ambiental mais adequado, de temperatura, de utilização da insolação e de possibilidade de recuperação de oxigênio, de limpeza do ar. Parece-me uma providência muito interessante e a cidade de Porto Alegre, na verdade, está sem nenhuma política ambiental. Demorou demais para o Município de Porto Alegre, para o Prefeito Marchezan estabelecer um gestor para a SMAMS, e o gestor que recém começou tem um quadro de pessoal muito diminuto. Eu estive em reunião com o Secretário na semana passada solicitando uma atenção especial para uma praça na Rua Dr. Juliano Moreira, que tem uma homenagem ao embaixador suíço, é uma praça que merece placa e a comunidade se apropriar dela, mas ela precisa de capina, precisa de um tratamento inicial, e sei das grandes dificuldades da SMAMS e

inclusive da perda de sua autonomia, porque parte do serviço da SMAMS foi centralizada no serviço público, e, com essa burocratização e com a perda de parte dos serviços de várias secretarias, fica uma secretaria dependendo da outra, o que, na verdade, não demonstrou, ainda, que esse esforço que, supostamente, o Prefeito Marchezan fez de diminuir secretarias resultasse em eficácia. O que a gente vê na cidade de Porto Alegre, na verdade, é o mato crescendo em muitos lugares, os buracos crescendo e aparecendo em muitos lugares. Como eu circulo bastante em Petrópolis, nós sabemos que se entra numa curva e se encontram buracos; passa uma sinaleira e não tem como desviar de buracos. Então, nós estamos com prejuízo muito grande na política pública ambiental, mas principalmente na manutenção, nos serviços básicos de funcionamento da cidade, e isso se deve, hoje já fazia essa referência no início da tarde, à perda de autonomia, como foi a perda de autonomia do DMAE. O Governo centralizou e foi obrigado a descentralizar lá em agosto por risco sério de faltar água na cidade de Porto Alegre, por incapacidade de tomada de decisões e de encaminhamentos. Portanto, está me parecendo que acontece dessa mesma maneira na SMAMS, na SMOV, no DMLU e a Cidade está padecendo por demais nas suas condições mínimas de funcionamento. A nós, Vereadores e Vereadoras, cabe continuar fazendo proposições positivas como essa não havendo política ambiental – inclusive a justiça teve que interferir em uma votação aqui porque nós precisamos discutir com a Cidade o tema das podas –, é extremamente necessário ter uma política ágil para atender ao cidadão e cidadã, e iniciativas como essa do Legislativo continuam a colaborar com a cidade de Porto Alegre.

Eu vou continuar insistindo, hoje tivemos um debate pela manhã na TVCâmara, Ver. Carús, Ver. Ricardo, que está faltando na cidade de Porto Alegre gestão. Estou com um *ranking* da Revista Valor Econômico, com dados do Governo Federal de investimento, que mostram que Porto Alegre reduziu investimento, mas mostram que ela cresceu 6% em receita, comparativa ao mesmo período do ano passado, e apenas 5% em pessoal. Quer dizer que os números da cidade de Porto Alegre não estão tão dramáticos quanto o Governo quer pintar. Na real nós temos uma absoluta falta de gestão.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): (16h17min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em discussão o PLL nº 277/13, com Veto Total. (Pausa.) O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra para discutir o PLL nº 277/13, com Veto Total.

O SR. PAULINHO MOTORISTA: Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Cláudio Janta; Vereadores; pessoal da Casa e pessoal que nos assiste nas galerias e em casa; em agosto de 2013, não foi em 2016 e nem em 2017, mas em 2013, protocolei nesta Casa o projeto de lei que estabelece a obrigatoriedade da utilização do sistema de bilhetagem eletrônica em Porto Alegre, usar o TRI no conhecido por BikePoa. Meu projeto também prevê a disponibilidade de atendimentos telefônicos gratuitos por usuários por meio do 0800. Minha intenção era democratizar e ampliar o acesso às bicicletas, propiciando aos trabalhadores que não possuem cartão de crédito a utilização dessa importante alternativa de transporte, o que, por sua vez, traria um enorme benefício ao trânsito da nossa Cidade, com menos poluição, ajudaria também na saúde das pessoas. Em setembro deste ano de 2017, tive a alegria de ter aprovado o meu projeto aqui na Câmara. Além disso, porém, fiquei bastante surpreso ao ver o Prefeito Nelson Marchezan divulgar em agosto um evento de lançamento das novas bicicletas, que o serviço passaria a adotar o TRI, sem ao menos citar meu nome. Foi com a maior surpresa, portanto, que recebi o veto do Prefeito ao meu projeto, ou seja, o Prefeito vetou o meu projeto e está colocando o mesmo projeto. Que legal, isso aí é como se algum Vereador apresentasse um projeto e aí, amanhã, eu colocar um projeto igual ao dele, e aí nós vamos discutir, entenderam? Aí, veta um projeto meu e vem colocar um projeto igual ao meu. Quer dizer que o meu projeto era errado para a sociedade, para a população, não prestava para a população, e, no próximo dia, ele acha que o projeto é bom e vai colocar o projeto na maior cara de pau! Infelizmente, ao ver que Marchezan quer implantar um serviço que ele mesmo vetou, fico com a impressão de que o Prefeito busca holofotes e expõe a sua inabilidade para dialogar com esta Casa e com seus Vereadores, cujo trabalho deveria ser com união.

Então, o meu projeto está aí, está sendo votado, conto com a colaboração dos Vereadores que acharem por bem que o meu projeto é bom para a sociedade, porque, amanhã ou depois, estará aqui o projeto do Prefeito, o mesmo projeto que eu criei. Eu

não faço isso com ninguém. Aqui já retirei projetos meus, o Ver. Cláudio Janta mesmo colocou um projeto que eu também estava colocando, não sabia que ele tinha colocado, fui lá falei com o Janta, que me disse “Não, Paulinho, a gente coloca juntos em parceria”, projeto que falei que ia retirar. E isso não está acontecendo na Prefeitura. Então, o meu projeto está aí, o veto está aí, quem achar por bem votar contra esse veto, essa é a minha posição. Está aqui, em 2013, a reportagem do jornal, para não dizer que eu estou mentindo. Em 2013, quando eu já estava nesta Casa, eu protocolei o projeto; agora, em 2017, foi aprovado meu projeto, aí foi vetado pelo Prefeito, mas amanhã vai estar na rua o mesmo projeto feito pelo Prefeito. Aí eu já não estou entendendo essa situação. Está aí o veto, com certeza iremos derrubá-lo, porque isso é sacanagem com os Vereadores. Um abraço para vocês.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLL nº 277/13, com Veto Total.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Ver. Cecchim, eu o sucedi no excelente trabalho que o senhor fez à frente da SMIC, e, dali a alguns dias, eu recebi o empresário de um dos bares mais tradicionais de Porto Alegre, o Tuim – o Ver. Adeli Sell conhece –, o Andre. Ele me disse: “Valter, eu queria colocar uma espécie de *parklet*, um *deck*, ali na frente do Tuim” – ainda não se falava em *parklet*. Eu disse para ele fazer um requerimento que eu abriria um processo. Abri o processo, começou a tramitar na Prefeitura, e foi para a EPTC. Bom, vocês podem imaginar: toda a quantidade de óbices que podem ser levantados em relação a alguma coisa a EPTC levantou. Lá pelas tantas, a EPTC disse o seguinte: “Mas se um caminhão descer a rua da ladeira e perder os freios na descida, vai matar muita gente, então não pode ter um *deck* ali”. Eu disse: meu amigo, se um caminhão perder os freios na rua da ladeira, tendo ou não tendo *deck*, é um infausto que nunca houve, vai morrer muita gente”. O Epahc também ficou contra, porque tinha o tal do programa Monumenta, pelo qual iam fazer a revitalização da rua, que até hoje não saiu. O pessoal gosta muito de discursar, de atrapalhar a vida dos outros, mas fazer as coisas, de verdade, não faz. Como iam fazer a tal recuperação da rua da ladeira, então não queriam também. Eu chamei o pessoal do Tuim e disse o seguinte: vocês concordam com um

termo que diz que, se em 72 horas tiver que desmontar, vocês desmontam? Eles concordaram, foi autorizado e puderam construir ali. Resultado: faz quatro anos que aquele equipamento está ali, é bom, as pessoas têm uma ambiência, um espaço de convivência, e agora já tem outro ali, inclusive. Bom, estou falando isso, Ver. Paulinho, para mostrar como a EPTC, infelizmente, é reacionária, no pior sentido, com relação a ideias – boas, muitas vezes –, e como o técnico é refratário, não aceita nada que não tenha sido criado por eles. E como fica uma ideia boa como a do Ver. Paulinho, quando a gente está lutando para Porto Alegre mudar, para ter mais modais, para ter bicicleta, para ter trem, para ter bonde, para ter hidrovia, para que as pessoas possam usar o TRI – que é a ideia dele – para alugar bicicletas? É um sistema que está pronto, é só pegar a Procempa e mandar fazer uma adaptação num *software*, que é coisa simples de fazer. Aí, vai lá, mas, porque não é ideia deles, eles vetam.

O Sr. Adeli Sell: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Em primeiro lugar, sobre a questão do *deck* na rua da Ladeira: é uma ideia importante, tem dado qualidade para aquela rua, eu desço todos os dias ali. Imaginem se nós não tivéssemos isso! São coisas simples, não abalroam a nossa legislação. Na CCJ, eu levantei alguns óbices, Paulinho, mas, depois da sua explicação aqui, eu não posso deixar de acompanhar a sua posição, porque ou é uma coisa ou é outra, então eu não posso ir nessa onda... As argumentações que a pessoa tinha levantado são algumas, inclusive, de cunho respeitável sob o ponto de vista da legalidade, mas depois exatamente das questões que o Ver. Valter levantou aqui e pela facilidade apontada, eu mudei de opinião e vou votar com Vossa Excelência.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Ver. Adeli, eu vi mais! Ver. Ricardo Gomes, um dia, eu fui procurado pela Editora Abril, que queria adotar 25 praças de Porto Alegre, queria colocar bancas de revistas nas praças e fazer um *lounge* em volta das bancas de revistas, colocar banquinhos, espaços, ficando responsável pela adoção e pela manutenção das praças. Foi para a SMAM, e vocês sabem o que a SMAM disse, Ver. Brum? “Não, não pode botar nada na praça”. É melhor deixar morador de rua ir às praças abandonadas! Então, Vereadores, nós precisamos é disso, precisamos de ocupação dos espaços públicos pelas pessoas, pela cidadania, mas, ao lado disso, nós precisamos valorizar a iniciativa

dos Vereadores. Nós não somos Vereadores de oposição, nem Vereadores de Governo; nós devemos ser Vereadores da Cidade! Quantos projetos aqui, Ver. Medina, que são bons, agora, vão dizer que o projeto do Ver. Paulinho não é bom? E, no dia seguinte, mandam um do Governo igual! Isso é até desonestidade intelectual.

Meus caros Vereadores Luciano Marcantônio e Moisés, acho que neste dezembro que se aproxima é o momento de colocarmos a bola no centro, zero a zero. Tentar começar de novo, principalmente uma relação com a Câmara, uma relação que respeite o protagonismo dos Vereadores. O Ver. Paulinho Motorista é um cara nota 10, é querido e todo mundo gosta dele, fez um projeto desses, se dedica ao tema do transporte, bolou um ovo de Colombo, e dizem que era fácil! Mas então por que não fez antes? O Paulinho fez e o cara quer vetar o projeto! Meu querido Moisés Barboza, não vamos nos render à tecnocracia da EPTC, da SMAMS, ou seja lá de quem for. Os Vereadores andam pela cidade, andam nas praças, nas vilas, nas ruas, nós ouvimos o clamor da população. Nós sabemos o que as pessoas precisam e, muitas vezes, nós ficamos com tecnocracias de que a Constituição não permite isso ou aquilo, porque é competência privativa. Se quisesse ter vontade política, aceita e faz. Se nós fizermos isso, estaremos inaugurando um novo tempo nas relações políticas que o Governo precisa e deve estabelecer com a Câmara de Vereadores. Então, peço aos Srs. Vereadores não para derrotar o Governo, mas apoiar o projeto e uma iniciativa que é meritória do nosso querido Ver. Paulinho Motorista. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para discutir o PLL nº 277/13, com Veto Total.

O SR. MAURO ZACHER: Ver. Paulinho, isso que está acontecendo aqui na Casa com o seu projeto meritório tem um nome, é muito claro para nós que já temos alguns mandatos: é retaliação! O fato de V. Exa. cumprir o seu mandato, cumprir com os seus compromissos, com aquilo que V. Exa. disse na sua campanha, na sua luta de motorista, de homem extremamente ativo na vida comunitária, que, quando caminha por essas comunidades, tem vergonha na cara e faz aquilo que disse na campanha. Infelizmente este Governo não tem essa preocupação. Eu poderia lembrar alguns fatos de 2017,

quando V. Exa. se posicionou claramente contra o aumento de impostos. E sabe por que V. Exa. votou contra naquela madrugada que se estendeu até quase às três da manhã? É porque V. Exa. tem vergonha na cara.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MAURO ZACHER: Mas o senhor defende. Se o senhor acha que aquilo não é aumento de imposto, eu acho e continuo achando e digo que tenho vergonha na cara em não votar aquele aumento de imposto. Se alguém acha que deve votar o aumento de imposto, paciência! Quando V. Exa. aqui se defendeu, por vários momentos, contra a segunda passagem, na verdade, quando o governo tirou a segunda passagem, porque na campanha não falaram isso, falaram o contrário, que iam manter. É que V. Exa. tem compromissos com os seus eleitores, compromisso com a Cidade.

O que está sendo feito aqui, eu acho um belo projeto, e que bom que o Executivo vai executar. Mas o que fazem com o seu projeto é retaliação. Nós aqui não conseguimos finalizar a votação do projeto que tratava das podas, proposta pelo Ver. Moisés, porque a Justiça entendeu que não deveria dar continuidade, e nós sabíamos que tinha vício de origem. Eu mesmo falei nesta tribuna, mas, tratando do mérito e da importância do assunto, me convenci. Eu poderia aqui lembrar tantas outras oportunidades em que nós aprovamos projetos, seja da oposição, seja da situação, porque nós entendemos e respeitamos a importância que cada um de nós, Vereadores, estamos aqui – os Vereadores representantes da Cidade e do povo de Porto Alegre.

Então, eu faço aqui o meu compromisso, porque já tinha me manifestado na CEFOR a favor do projeto, e quero novamente, aqui no Plenário, votar. Já fiz isso pela aprovação do projeto e faço com muita convicção pela derrubada do veto, pelo mérito, pela sua ousadia, porque é percebida a importância que tem de incorporar ao sistema de transporte público a possibilidade de usar o Tri também para o aluguel das bicicletas. Então, conte com o meu apoio, continue com as suas convicções. Pode ter certeza que o povo está o acompanhando. Aqueles de Belém, da Zona Sul, da comunidade que votam no Paulinho querem que V. Exa. continue tendo essa postura comprometida com aqueles que o elegeram. Parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cassio Trogildo assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLL nº 277/13, com Veto Total.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; primeiro, meu querido amigo, Ver. Paulinho Motorista, eu quero dizer que tenho certeza de que o projeto foi feito com boa-fé e com o compromisso de atender àquilo que a população pede. Eu tenho que concordar que a tecnocracia da Prefeitura. Nesse caso, tenho certeza que nem o Ver. Moisés nem o Prefeito – não falei com o Prefeito – queriam vetar o seu projeto. São aquelas pessoas que dizem: “Olha, Prefeito, isso aqui é inconstitucional, isso aqui é de origem do Executivo...” Então, se é de origem do Executivo, eu acho, Ver. Moisés, o Paulinho Motorista um Vereador sério e não sei como dá para fazer essa volta. Todos nós sabemos que a autoria é do Ver. Paulinho Motorista. O senhor, que é Líder do Governo, sabe que a autoria é dele; se não contaram ao Prefeito, V. Exa. se encarrega de contar a ele. É autoria do Ver. Paulinho Motorista, ponto. Como nós vamos fazer para que essa autoria fique registrada? Não é isso? Se a origem nossa é inconstitucional... Aliás, Paulinho, nós só temos direito de fazer lei que ninguém vai cumprir pelo jeito, porque o resto todo é do Executivo. E o pior de tudo é que a culpa não é do Executivo. Nós tínhamos a prerrogativa de apresentar Pedidos de Providência, mas nós mesmos da Câmara de Vereadores acabamos com isso e só temos o direito de fazer indicação. Então, esse negócio de ser prerrogativa do Executivo tem muitos culpados, e acaba acontecendo isso. Nós todos sabemos que essa autoria é do Ver. Paulinho Motorista, e eu não vou me cansar de dizer isso em todos os lugares. O projeto é seu. Agora, quanto aos tranca-ruas, Ver. Valter, lá da SMAMS, eu concordo, e nós todos temos que nos levantar contra esses tranca-ruas da SMAM, do Epahc, que vamos voltar agora a pouco, eles dizem não e não precisam explicar porque dizem não. Vamos cobrar explicação, baseado em que estão dizendo não? A SMAMS é a campeã do não. Não dá para tirar essa árvore podre que vai cair em cima de um carro? “Não”. E vocês querem pior interferência do que aconteceu com o projeto do Ver. Moisés Barbosa, de um ex-

Secretário nosso, do PMDB, do nosso partido? Os que passaram lá não conseguiram desfazer essa tranca-rua, que é a SMAMS.

(Aparte antirregimental do Ver. Valter Nagelstein)

O SR. IDENIR CECCHIM: V. Exa. estava comentando agora, do atual também, estava aqui ajudando. Então, quero dizer que ninguém é mais tranca-rua do que esse pessoal da SMAMS. O pessoal da Epahc tem uma missão importante: preservar o patrimônio histórico. Todos estamos de acordo com preservar o patrimônio histórico, a associação do bairro Petrópolis concorda com isso, que o que é histórico precisa ser preservado. Agora esta tal de compatibilização urbana... A gente viaja pelo mundo todo, Valter, e tem um edifício de espelhos de 20 andares ao lado de um monumento histórico. Dá para conviver. E o pior é que lá em Petrópolis quiseram trancar imóveis que possam fazer sombra para o do lado. Não tem nada de histórico. Então, eu quero dizer, sobre os tranca-ruas, que nós estamos cuidando deles todos e vamos pedir explicação: não, por quê? Até agora, eles só disseram não, e ninguém perguntou por quê. A partir de agora, o tranca-rua vai ter que se explicar. Não, por quê? A gente vai aos cais dos rios de todo o mundo e vê o cais limpo, com pedras, organizado. E aqui em Porto Alegre, os bonitos dizem “não, têm que ficar os maricás até na barranca do rio”, e ninguém chega lá nem para tirar foto. Esses são os tranca-ruas de Porto Alegre: da SMAMS, do Epahc e tantos outros que dizem não e não sabem dizer por quê.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 277/13, com Veto Total.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores que assistem ao nosso trabalho na tarde de hoje, Vereadores e Vereadoras. Ver. Paulinho Motorista, hoje mesmo, eu estava falando com o meu colega de bancada, Ver. Roberto Robaina, sobre o cartão TRI. Estava manifestando para o colega toda a minha indignação, desde a criação do cartão TRI – e sobre o que eu falo o senhor tem experiência, porque já trabalhou no meio –, com relação à creditação do valor no *chip* do cartão. Esse valor fica ali registrado

e vão sendo debitadas do cartão todas as passagens, todas as viagens que o usuário faz, desde o início. Esse cartão é administrado pela ATP – Associação dos Transportadores de Passageiros, ou seja, a entidade que representa os donos das empresas de transporte desta Cidade. Se um trabalhador recebe 50, 60 passagens do seu empregador, ele recebe um valor específico. A grande injustiça, desde a criação do cartão TRI, é que, quando há reajuste tarifário, o valor do cartão do usuário não sofre reajuste. Ele recebe um número de passagens fixo, mas com um crédito em espécie, em valor. Quando a passagem é reajustada, o usuário perde esses valores, ele perde viagens, ele perde o seu próprio dinheiro. Eu sempre fiz esse questionamento, porque acho muito mais correta a utilização do número de passagens, do número de viagens, sendo regressiva até zerar. Assim, dessa forma, o usuário não sofreria prejuízo. Ou seja, há anos a ATP vem lucrando em cima da população de Porto Alegre indevidamente, porque os trabalhadores, aqueles que também fazem crédito do passe antecipado, eles creditam o número de passagens e não têm estornado esse valor quando há reajuste. E aí alinha com o seu projeto, que eu estava discutindo com o Ver. Roberto Robaina, que o valor em espécie seria justificável se o cartão TRI pudesse ser utilizado em outros modais de transporte, se o cartão TRI pudesse ser utilizado nos lotações de Porto Alegre. Aí tudo bem, não podemos creditar o número de passagens já que há diferentes modais assistidos por esse cartão. Justificaria o cômputo em espécie pela liberdade que teria o usuário de buscar outras formas de transporte, de deslocamento. Se houvesse a conexão ou a possibilidade de utilização do cartão TRI no sistema de bicicletas, seria justificável, mas a utilização, pura e simplesmente, apenas no serviço de ônibus torna-se historicamente um ônus para a população desta Cidade e um lucro para os empresários de ônibus desta Capital. Portanto, eu não me sensibilizo com o chororó dos empresários de ônibus desta Cidade, pois há muito tempo estão lucrando indevidamente nas costas do povo trabalhador. É muito justo que sejam creditadas passagens no cartão e não mais um valor em espécie, porque, quando há reajuste, o penalizado maior é o trabalhador, é o usuário do transporte coletivo desta Capital. Portanto, Vereador Paulinho, a sua ideia de fazer uma interlocução, de fazer unir diferentes modais nesta Cidade tem a nossa simpatia e o nosso apoio. Votaremos contra este veto e a favor do futuro da população e dos usuários do transporte público desta Cidade. Um grande abraço e boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLL nº 277/13, com Veto Total.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa tarde a todos e todas. Ver. Paulinho Motorista, consigo entendê-lo muito bem porque o senhor não é o primeiro a ter projetos copiados pelo Executivo. É uma pena, não só nesta gestão, não é por que estamos em uma outra Gestão que podemos esquecer esta prática. Digo isso porque, Vereadores Oliboni, Adeli e Sofia, quem apanha não esquece. Eu, aqui, comecei apanhando cedo nesse tema. O primeiro projeto de lei que protocolei nesta Casa, no primeiro mandato, em 2013, criava o fundo do Plano Diretor Cicloviário. Pois bem, o primeiro argumento para derrotar o nosso projeto e apresentar um pelo Executivo, que foi aprovado: que um Vereador não poderia propor a criação de fundos. Nós estamos aqui a todo momento criando fundos, aprovando criação de fundos. O último que lembro recentemente foi o do Ver. Mendes Ribeiro, que cria o Fundo da Defesa Civil. Então, é curioso, um Vereador não pode propor, mas, em alguns casos, pode, dependendo de que lado está o Vereador, de que partido faz parte. Não foi só esse. Nós propusemos aqui a possibilidade de transporte de animais em ônibus. O Executivo copiou o projeto, encaminhou um projeto seis meses depois do nosso. Nós fomos pedir apoio no Executivo, lembrando que fomos falar com a então Secretária Especial dos Direitos Animais, Regina Becker Fortunati, pedimos seu apoio; seis meses depois, chega aqui um projeto idêntico, Ver. Robaina, só que o nosso era para dois animais, e o dela era para quatro. Então, tenho respeito e admiração pelo trabalho da Regina, mas não posso esquecer de situações como essa.

E não posso esquecer, Ver. Valter, importante, o senhor trouxe aqui o tema dos *parklets*, que foi um projeto, protocolado pelo nosso mandato em 2013, construído junto com a SMURB, através de um grupo de trabalho, alteramos o nosso projeto. O senhor assumiu a SMURB e começou a falar dos *parklets* como se não tivesse um projeto, aqui na Câmara, sobre *parklets*, e agora temos o decreto dos *parklets*. Então, além disso, é uma prática meio comum, não é? Eu lamento que, quando o senhor assumiu lá a Secretaria de Urbanismo da Cidade, tenha divulgado o projeto como se não soubesse que tramitava aqui, nesta Casa, o projeto dos *parklets*. Agora, o Prefeito aprova e faz um decreto dos *parklets* e ignora o nosso projeto que tramita na Câmara.

O Sr. Valter Nagelstein: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu lhe agradeço o espírito democrático de me dar o aparte, embora, talvez, eu vá lhe dizer uma coisa de que o senhor não vai gostar. Mais uma vez, eu ressalto o seu espírito democrático. Tanto na questão das bicicletas quanto na questão dos *parklets*, eu já trabalhava antes de V. Exa. nessas duas questões. Era isso que eu queria lhe dizer. Muito obrigado.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Bom, para tramitar um projeto na Casa, precisa que não tenha um outro tramitando em relação a esse tema. Tramitava um projeto aqui da nossa autoria, que foi, inclusive, votado em plenário, então, se o senhor tinha essa iniciativa, não havia um projeto de lei que tratava do tema. Mas, enfim, tramitava nesta Casa um projeto de lei dos *parklets*.

Então, Ver. Paulinho, estou colocando aqui alguns exemplos de que o senhor não é a primeira vítima, digamos assim, desse copiar. O Ver. Idenir Cecchim brinca comigo, dizendo que eu tenho um espião lá dentro da EPTC, porque nós, na Legislatura passada e nesta, fazemos projetos e, dali a uma ou duas semanas, o então Secretario Cappellari anunciava projetos idênticos aos nossos, como se nós tivéssemos alguém lá dentro sabendo que a EPTC iria anunciá-los. Então, são brincadeiras que nós fizemos, mas, no fundo, o ideal é que o Executivo respeitasse a iniciativa dos Parlamentares, reconhecesse a iniciativa quando propõe, construindo junto com a Cidade e não simplesmente jogando na lógica do inimigo e nem tanto do adversário. Talvez o Ver. Paulinho Motorista esteja sendo penalizado porque tem manifestado aqui posições de independência e de coerência. Então, esse veto pode ser um recado. E que bom que nós, espero, consigamos derrubar o veto aqui como uma forma também de afirmação, além, nem coloco aqui, do projeto em si.

O Ver. Prof. Alex Fraga trouxe aqui muito bem o tema dos recursos extratarifários: o sujeito que carrega o cartão TRI, fica lá o crédito em dinheiro e não em número de passagens, portanto esse dinheiro está lá rendendo, e isso se chama, no contrato de licitação e na lei de licitação, recursos extratarifários, que deveriam ajudar na modicidade da tarifa. Ou seja, esses recursos, Ver. Oliboni, estão aplicados em algum lugar, estão rendendo recursos para quem os administra, no caso a ATP, e não reverterem na

modicidade da tarifa. Então, temos que discutir isso e, com certeza, a integração. A grande lógica da mobilidade urbana, hoje, é a integração dos modais. Ter um cartão que funcione na bicicleta, no ônibus e em outros modais de transporte é o futuro que temos que apontar e, não, o veto, como fez o Prefeito, que acaba retirando essa ideia. Pode não ter verba para implementar, mas deveria apoiar, no mínimo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para discutir o PLL nº 277/13, com Veto Total.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos acompanha, boa tarde. Em primeiro lugar, queria deixar claro que ouvi atentamente, como sempre faço, alguns colegas e quero me dirigir, especialmente, ao querido colega, meu amigo, Ver. Paulinho Motorista. Dizer que usaram termos aqui sobre retaliações, sobre posicionamento de votar, e que isso aí é uma jogada velha, não é verdadeira, não é procedente, porque, senão, os vetos que vieram aqui de pessoas da base do Governo, inclusive até já encaminharam vetos técnicos a propostas do Presidente da Casa, de companheiros nossos do PP, do PTB, quero deixar claro que isso é uma questão técnica, só que temos a questão política. Na questão técnica, houve, sim, uma indicação de veto encaminhada pela Procuradoria-Geral do Município e também os técnicos da Empresa Pública de Transportes e Circulação, mas agora, enquanto nós estávamos conversando, e eu tomei a liberdade, Ver. Paulinho Motorista, de telefonar ao Prefeito, em cima da sua fala, em cima do que o senhor levantou sobre questionamento de vetar um projeto benéfico, feito para o bem da população, do transporte público, isso ninguém contesta, e aí o Executivo apresentar, o que seria de repente interpretado até, não usando as suas palavras, usando as minhas, como uma tentativa de redirecionar a autoria de uma proposta. E o Prefeito, na hora, deixou muito claro que reconhece que esse projeto, e todos nós aqui, vários disseram, é seu, a tempo, e entendemos que, no momento, acho que vai demorar mais umas duas semanas, Ver. Paulinho Motorista, pois a PGM fez o veto porque, no descrever as razões do Veto Total, tecnicamente existem vários enquadramentos que deixam claro que isso seria uma iniciativa exclusiva do Poder Executivo. Por isso, tecnicamente, foi enviado e, por isso, nós vamos acompanhar a

questão técnica do veto, mas deixando claro, Ver. Paulinho, que todos nós reconhecemos, e o Prefeito já deixou claro que, daqui a duas, três semanas, enviará para cá, no momento em que será celebrada com as partes aí das empresas, a questão da mobilidade das bicicletas, de um reconhecimento público, e o senhor estará lá, deixando claro que a iniciativa é sua, porque isso é muito importante para todos nós, Vereadores, que as nossas iniciativas tenham reconhecimento das suas autorias.

Eu quero encerrar dizendo que vamos também lembrar que cobramos muita responsabilidade de qualquer prefeito, não importa de que partido político ele seja. Então, essa postura de seguir tecnicamente vetos, quando eles são de iniciativa exclusiva do Poder Executivo, tem sido o mote, o norte dessa administração. Infelizmente, no dia de hoje, vemos prefeitos aqui ao lado, que são esquecidos, do Partido dos Trabalhadores, como o Ary Vanazzi, que foi transformado em réu, porque o Tribunal de Contas de Estado apontou que ele havia desobedecido a ordem cronológica para o pagamento de despesas ali no município. Engraçado que aqui ninguém fale isso, engraçado que aqui ninguém fale que lá, numa crise horrível, também não se consiga pagar em dia seus funcionários. E aí entramos nesse balcão de espaço de mídia, que vemos aqui discursos serem montados com uma facilidade, esquecendo que, aqui ao lado, temos um Prefeito do PT que também não consegue pagar o funcionalismo em dia e que este, sim, não cumpriu critérios sérios em determinados momentos.

Então, explicando o veto, que é um critério técnico que tem sido seguido, também deixando claro que todos nós reconhecemos a autoria dessa proposta do Ver. Paulinho, essa era a contribuição que eu tinha para o momento. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 277/13, com Veto Total.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e a todas. Eu quero ser breve, mas, Ver. Paulinho, primeiro, ser solidária e cumprimentá-lo pelo projeto, que foi bastante importante, votei a favor com convicção e votarei contra o veto com a mesma convicção que apoiei quando o senhor apresentou o projeto. O projeto vai na ideia da integração do sistema de transporte em Porto Alegre. E mais: eu não consigo entender, Ver. Moisés,

que critério é esse que veta, mas que diz que vai mandar o mesmo projeto daqui a três semanas e dar os critérios para o Vereador – foi isso que eu entendi.

(Aparte antirregimental do Ver. Moisés Maluco do Bem.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu não vou responder as suas grosserias; se o senhor for buscar o estilo do seu Prefeito, o senhor vai mal; vai mal com os Vereadores, vai mal na Câmara, vai mal na Cidade. Então...

(Aparte antirregimental do Ver. Moisés Maluco do Bem.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Foi isso o que o senhor falou na tribuna, basta buscar nas notas taquigráficas; se o senhor quiser, o senhor se inscreve. Agora, é um critério absolutamente absurdo de vetar um projeto ao mesmo tempo em que diz que vai implementá-lo. Mais, eu tenho visto sucessivamente, em vários projetos enviados por esta Câmara de Vereadores, a prerrogativa e a prática de o Governo de vetar os projetos, de simplesmente não responder por que vetou, dizendo que é inconstitucional, dizendo que são problemas técnicos, como foi o blá-blá-blá que o governo disse aqui na Câmara de Vereadores, e ao mesmo não apresentar respostas concretas para o Município de Porto Alegre.

Recentemente eu passei por uma situação igual. Nós temos desde março tramitando uma lei aqui na Câmara de Vereadores, assinada pela Bancada do PSOL e pelo Ver. Cláudio Janta, que estipula um programa de combate ao assédio sexual dentro dos ônibus. A lei tramitou em março, abril, junho, nós aprovamos no início deste mês, o Governo está fazendo a campanha, mas diz que desconhece a minha lei. Mas nós aprovamos a lei! Foi uma lei da cidade de Porto Alegre, uma lei que tem que ficar para os próximos gestores, inclusive. Da mesma forma eu acho o seu veto. Acho que não tem argumento técnico que derrube a consistência do seu projeto; acho que, do ponto de vista da mobilidade, a possibilidade dessa integração é fundamental; acho que o sistema de bilhetagem, como falou meu colega Alex, deveria interar os lotações, além das bicicletas, como o senhor coloca, o sistema de transporte coletivo deveria avançar na busca para que o usuário pudesse gastar seus recursos no lotação. Mas parece que as inovações do Prefeito são

só inovações que a população dá risada. O Prefeito, de fato, vive noutra realidade, tanto é que, quando esteve em Paris, ao invés de, primeiro, comparar adequadamente os países e a realidade social, ou até ver a questão dos atrasos dos ônibus, porque lá passam pontualmente no sistema que está apontado no relógio, diferente daqui, em que as empresas não passam na hora, os motoristas são sobrecarregados e a Prefeitura não multa, fez uma piada pronta com o carregador. Não é o problema da ideia em si, o problema é onde se vive. As pessoas iam achar ótimo se o ônibus passasse no horário já, iam achar melhor ainda se não fossem assaltadas na parada ou dentro do ônibus. O Prefeito é um prefeito alienado, que vive em outra realidade. Eu até poderia dizer que ele vive em outro país, mas acho que ele vive em outro planeta, porque desconhece a realidade da cidade de Porto Alegre e do Brasil e tem feito essas pataquadas de desconhecimento, esse desrespeito com o conjunto dos servidores.

Durante a greve dos municipais, 21 Vereadores tiveram papel fundamental para isolar essa posição política e garantir que houvesse algum respaldo aos servidores, garantindo a solução do impasse. Felizmente a Câmara teve essa posição, mas o Prefeito não consegue garantir nem a sua própria base, perdeu 18 dos seus secretários por absoluta incompetência, mau gênio, não sei... Deve ser um problema, além de alienação, de trato pessoal, típico da visão de quem foi mimado a vida inteira, porque, às vezes, me parece uma forma de governar mimada, mandona, infantil, *playboy*... Não costumo usar as palavras de baixo calão que o Prefeito Marchezan usa. Acho que a gente tem que se dar ao respeito, então não vou usar palavras de baixo calão. Acho que infantil seria uma boa definição para o Prefeito. E eu recomendo ao Ver. Moisés que não embarque nesse barco, porque, certamente, tomará uma ruim aqui na Câmara de Vereadores. Os Vereadores já mostraram que aqui, pelo menos boa parte deles, no mínimo 21 que assinaram o documento do funcionalismo, que tomara aprovelem a convocação do Ver. Oliboni, tenha a independência e, sobretudo, coragem, porque essa covardia que o Prefeito tem em atacar os pobres e atacar os servidores públicos não pode encontrar guarida na Câmara de Vereadores e tampouco na sociedade de Porto Alegre. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 277/13, com Veto Total.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Presidente, eu acho muito estranho que o mesmo Prefeito que, viajando para Paris, enaltece a tecnologia, inclusive a possibilidade de paradas de ônibus inteligentes, paradas de ônibus com carregador de celular achar que não é possível dar conta, Ver. Paulinho, da sua proposta, que é uma proposta inovadora, que dialoga bem com o estilo que o Prefeito jura que tem, de ousadia, de PPP. Só que as PPPs, pelo jeito, são para favorecer só a empresa privada, porque quem coloca BikePoa em Porto Alegre não tem uma contrapartida que dá para a cidade de Porto Alegre. Nenhuma! O Bike Sampa, em São Paulo, tem trechos gratuitos. Eu estive lá há uns dois anos e tive oportunidade de conhecer. A cidade concedeu espaço para exploração cobrando contrapartida. Aqui em Porto Alegre, infelizmente, não se cobrou nada. Eu já fiz, Paulinho, há dois anos, uma exigência mínima de contrapartida, que era ter vagas para bicicleta privada ao lado das bicicletas alugadas, porque não tem onde estacionar bicicletas em todo lugar. Quem anda de bicicleta, se não deixar no lugar institucional, fica mais vulnerável, as pessoas vão roubar, a gente sabe como é que é, não tem onde prender, ninguém aceita que fique colocando cadeado. E não foi aceito. Não foi aceito sequer exigir, Ver. Marcelo, vagas para bicicletas privadas. Então, não tem – o senhor que acompanha e se quiser dar um aparte, aceito – nesta Cidade nenhuma exigência. E sobre isso aqui bastava exigir uma adequação, fazer uma proposta para o Vereador de algo um pouco diferente, se fosse tão impossível que fosse no TRI. Eu quero pegar este aspecto: é só uma máscara. Essa ideia de um Prefeito inovador é uma máscara, porque, na hora H, quando tem que dar um passo adiante para favorecer o cidadão, ele não tem coragem e não assume o desafio e não cobra do empreendedor privado.

Não é à toa, eu ouvi na rádio o Prefeito dando explicação sobre o tema do carregador de celular e dizendo: “Foi uma ideia bonita que eu gostei e postei no meu Face. Quem não gostar que não seja meu seguidor”. Ué, daqui a pouco ele vai dizer que se mudem da cidade de Porto Alegre se não gostarem das invenções dele. Ele é Prefeito da Cidade, Bosco. Se ele põe no Face, ele não está falando para os seus amiguinhos de churrasco, ele está falando com a cidade de Porto Alegre.

Ver. Moisés, não vale vir sustentar esse funcionamento errático do Prefeito como se esconder atrás da Prefeitura do Prefeito Ary Vanazzi. Quero te dar apenas uma diferença, que, alias, é muito grave e que o Tribunal de Contas apontou, senhoras e senhores: que o Prefeito tinha dinheiro no Fundo da Educação – no Fundeb – e não pagou os professores em dia. Tinha dinheiro no final do mês, esse dinheiro é vinculado, é dinheiro para pagar pessoal. Mais grave ainda: a lei do Fundeb determina que tem que usar no mínimo 60% do Fundeb com salários. Ele não cumpre os 60% com salário. Ele gastou, até agosto, em média, 56%. Sabem o que significa isso? Crime de responsabilidade. Ele não cumpre nem a lei federal. E o Prefeito Vanazzi, que recebeu do PSDB três folhas de pagamento atrasadas! A gestão PSDB em São Leopoldo entregou ao Prefeito Vanazzi três folhas de pagamento atrasadas. O Prefeito está se queixando e chorando? Não. Está atualizando. E os professores ele pagou e paga em dia porque tem dinheiro do Fundeb, Ver. Aldacir Oliboni; e com esse dinheiro do Fundeb ele não faz caixa para parcelar, ele está pagando em dia os professores com o dinheiro vinculado do Fundeb. E o Prefeito aqui não usa nem o dinheiro do Fundeb. Por quê? Para pressionar esta Câmara para votar os projetos de maldade.

Portanto, eu vou fechar a minha intervenção dizendo que acho um escândalo, Ver. Paulinho, que o Prefeito simplesmente negue as contribuições da Câmara de Vereadores. Está no mesmo bojo do profundo desrespeito que ele tem para com os senhores e com as senhoras, com todos nós, porque, quando a gente diverge dele, é porque nós somos covardes. E eu divirjo dele em muitas questões e não aceito que ele não respeite esta Câmara. O Valor Econômico está dizendo que a Prefeitura de Porto Alegre, em relação às demais, está muito bem; ela não tem negatividade na sua receita. Está aqui! Olhem, leiam a revista Valor Econômico. Portanto, vamos derrubar este veto porque é um veto político, é um veto que quer esconder a sua incompetência.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para discutir o PLL nº 277/13, com Veto Total, por cedência de tempo do Ver. Felipe Camozzato.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Boa tarde novo, só para responder, porque a Ver.^a Fernanda não entendeu o que eu disse. Ver.^a Fernanda, eu não disse que o projeto será enviado novamente para a Casa em nenhum momento, a senhora pode pedir as notas taquigráficas. Eu disse que, quando for celebrado na Prefeitura – quando for celebrado, certo? –, o Ver. Paulinho Motorista, como autor da proposta, seria importante que ele estivesse presente para que todos nós deixemos claro o reconhecimento que temos da autoria dele para este projeto. Não adianta tentar – e mudando, agora, um pouco, falando também dos que me antecederam – comigo distorcer as minhas palavras e transformar isso num discurso político. Comigo não cola! Nunca vai colar! Essa história, por exemplo, que criaram hoje, e eu fiquei aqui louco para falar, não falei porque nós tínhamos trabalho para fazer, essa história de criar que o DMAE está sendo privatizado, isso é mentira, não é? Vamos ser sinceros. Eu quero ser bem curto e grosso, que nem coice de porco, como é lá em São Borja. É o seguinte, isso é mentira, isso é papo, discurso montado para angariar as pessoas em torno de causas. Eu quero parabenizar o governo do Governador Ivo Sartori que, hoje, no jornal Zero Hora, mostra a primeira Parceria Público-Privada com a Corsan, que vai beneficiar para mais de um milhão de pessoas, vai acabar com esse ranço ideológico.

E, Ver. Paulinho, abertamente, como sempre fui, de peito aberto, não entre nessa estratégia de dizer que Fulano é contra Beltrano, é uma retaliação. Se a gente entrar nessa, colegas, nós não vamos trabalhar mais, porque eu vou vir aqui e vou mostrar um videozinho de alguns Vereadores com a bandeira “Fora Sartori” e tentar jogar os Vereadores do PMDB contra o bloco tal. Eu vou trazer um vídeo aqui do Vereador falando mal da categoria tal e a categoria falando mal dele. Nós não vamos trabalhar mais. Isso é populismo e politicagem! Peço, por favor, consciência coletiva nossa, eu me incluo nisso. E quando eu falei do Prefeito Ari Vanazzi, talvez a Ver.^a Sofia não tenha entendido. É que eu deixei claro que um veto técnico é porque a gente tem um critério a ser seguido. Então nós temos um critério a ser seguido, se algum outro prefeito não tiver esse critério, bom, os outros prefeitos que respondam por si. Eu respondo aqui por este Governo. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o PLL nº 277/13, com Veto Total. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 277/13, com Veto Total.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereadores, o Ver. Valter, eu acho, será Presidente desta Casa e tem de ter paciência com o diálogo, com o debate. Vai ter de exercitar a paciência, Ver. Valter, senão vai ser difícil, porque os temas são difíceis.

(Aparte antirregimental.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vamos trabalhar nisso. Nós entendemos que, se o Ver. Valter quiser ser um grande Presidente, poderá vir a substituir o Prefeito, quem sabe nós teremos uma situação diferente no ano que vem e poderá ter substituição por ausência de vice. A gente nunca sabe da conjuntura. Então, o Presidente da Câmara tem de saber que tem um espaço, Ver. Cassio, muito diferenciado. Eu fui Presidenta desta Câmara com muita honra e substituí o Prefeito Fortunati por treze dias. É uma grande responsabilidade presidir esta Casa. E esta Casa tem uma força política que só o Vereador ou a Vereadora que assume a Presidência consegue compreender. Quando se fala em nome da Câmara, ela tem outra dimensão.

Eu quero, nesse sentido, encaminhar pela derrubada do veto, pois nossa bancada vai derrubar o veto, Ver. Paulinho, exatamente para que o Prefeito passe a dialogar e respeitar esta Câmara Municipal. Não é para fins de brio ou vaidade, pois não é um tema desse nível, é noutro nível que estamos falando. Esta Casa tem uma representação plural, tem representação de todas as sensibilidades da Cidade de Porto Alegre, e o Prefeito tem uma sensibilidade, uma apenas. E o tema do diálogo, que o Ver. Bosco falou fora da tribuna, é fundamental. Se um Prefeito não dialoga com o seu legislativo, imagine o que sobra para o cidadão e para a cidadã? Como eles serão ouvidos, Ver. Alvoní Medina, se nós, que somos Vereadores e Vereadoras, não somos? E esta Câmara tem um poder igual ou maior do que o do Prefeito. Tenho dito, é maior, porque nós aprovamos a conta do Prefeito, nós votamos o seu orçamento. Então, é maior do que o do Prefeito. Ele não respeita e não respeita mesmo, o que dirá a cidadania, quando encaminha seus temas. Suprimiu o Orçamento Participativo; dia desses uma liderança comunitária me

dizia: “Nós não somos mais lideranças, vamos ter que tratar pela Internet.” Então, a falta de diálogo é nefasta para esta Cidade, nefasta! A associação de moradores do bairro Petrópolis, por exemplo, estava pedindo... Eu estava revendo os documentos deles, desde o início pedindo diálogo sobre o tema dos inventários, porque o gestor tem condição de fazer um trabalho muito mais adequado do que foi feito até agora. Duvido que tenha tido, neste ano, diálogo com o Prefeito Municipal para encaminhar o impasse do Inventário, a ponto de a Câmara, de novo, estar encaminhando essa solução, que é a pior possível: não ter nenhuma lei ou regulamentação. No caso do diálogo, na diferença com o Vanazzi, é que ele não teve, com todos os problemas lá, ele não teve greve. Aqui, a falta de diálogo trouxe muito prejuízo para a cidade de Porto Alegre, trouxe 40 dias de greve, com muita gente em greve na Saúde, Ver. Nedel, na saúde da população; com muita gente em greve no DMAE, com problemas de água. Isso que o DMAE me mostrava agora um gráfico maravilhoso, que eu me emocionei, o período de greve chegou a mil e poucos pedidos de intervenções, e agora em apenas – acho que terminou a greve em duas semanas – em duas semanas já baixou para 400, estão aceleradamente resolvendo, preocupados em resolver os problemas da cidade de Porto Alegre. Então, nós iremos derrubar esse Veto para que o Prefeito respeite a sua Cidade, respeite esse Parlamento, dialogue, porque é só no espaço do diálogo que nós vamos construir soluções melhores para a nossa Cidade. Por isso fiz esse encaminhamento e peço a essa Câmara que derrubemos o Veto do Prefeito Municipal.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 277/13, com Veto Total.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Sr. Presidente, Vereadores e Vereadoras, a todos que nos assistem, vou ser bem breve aqui, porque o projeto do Paulinho é belíssimo, eu que vejo sempre, procuro olhar a cidade de Porto Alegre, vejo, cada vez mais, esta metrópole tão linda ficar mais linda ainda e ter segurança, educação, saúde, esporte. Paulinho, há 20 dias tivemos uma discussão sobre o meu projeto do Museu do Negro; eu sou muito justo, pelo lado da justiça, todos sabem que eu sou independente, eu voto com o meu coração, antes de votar um projeto eu penso bastante, mas eu fico muito

triste. Os Pares, naquela época, todos foram favoráveis ao meu projeto, então eu tenho um carinho muito grande pela Câmara de Vereadores e pelos meus Pares. Paulinho, eu vou votar contigo por uma questão da Cidade, do esporte, por uma cidade mais humana, uma cidade mais viva, que é o que todos nós, porto-alegrenses, estamos querendo, não pelo “sim” ou pelo “não”, por A ou B; esse “sim” vem do meu coração. Sei que esse teu projeto é de 2013, estás tentando, és um cara batalhador, lutador, tu dirigiste muito ônibus nesta Cidade e sabes a importância da convivência, do esporte e das bicicletas na Cidade. Era isso, Presidente, a gente é favorável, Paulinho, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 277/13, com Veto Total.

O SR. CASSIÁ CARPES: Eu não ia falar, mas já que todos estão falando, vou ter que falar também! Eu quero dizer, vou ser breve, primeiro, que este projeto do Ver. Paulinho vem desde 2013. Eu estava olhando todos os pareceres; tem gente que deu parecer contrário lá e, hoje, é a favor, por que isso foi amadurecendo, Ver. Paulinho, o teu projeto foi amadurecendo, foi criando uma causa muito importante. Inclusive, a nossa Comissão fez, há pouco tempo, uma audiência pública, uma reunião, em que ficou definido que os sistemas das bicicletas aqui serão modificados, serão ampliados e fortalecidos tecnologicamente. Então eu acho que o sistema do Ver. Paulinho vem bem a calhar; tenho certeza de que há uma forte tendência de que nós tenhamos a maioria dos votos favoráveis, Paulinho, porque esse projeto, como eu disse, vem de longe.

Para concluir, quero dizer que não se enganem com a matéria do jornal Zero Hora, que deixa bem claro aos que quiserem voltar ali na questão de que não é privatização. Em primeiro lugar, em Porto Alegre, é municipalizado, e, onde foram feitas essas PPPs, não é municipalizado, é da Corsan, que tem que prestar serviço. Está bem claro ali na matéria: quem pagará essas PPPs será o contribuinte; portanto, uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Em Porto Alegre, é municipalizado; nas cidades de Alvorada, Cachoeirinha, Viamão, Gravataí e Esteio, não. A Corsan faz sempre uma compensação de uma cidade para outra, e são cidades que têm um potencial, têm mais de 150 mil habitantes; portanto, repito: uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Porto

Alegre é municipalizada e tem uma arrecadação de superávit mensal dos contribuintes. Faço essa conclusão. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 277/13, com Veto Total.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nosso papel aqui nesta Casa é discutir o melhor para a Cidade, fazer leis, buscando o interesse da população de Porto Alegre, das pessoas que aqui nos botaram. Nós saímos às ruas, nos bairros e vilas desta Cidade, pedimos um voto de confiança para essas pessoas, dizendo que aqui nós seríamos seus representantes. Isso aconteceu com alguns Pares aqui nesta Casa.

A Ver.^a Mônica Leal tem um projeto antigo, das pichações. O mesmo foi copiado pelo Governo que sequer chamou a Vereadora para ir ao lançamento do projeto. Outros projetos copiados foram o de limpeza urbana, muitos de mobilidade, projetos discutidos e amarrados com o Governo, como o de usar os corredores de ônibus nos dias de greve, mas depois vem o veto aqui para Casa. Isso não é populismo, isso não é politicagem. Acho que ninguém aqui está preocupado com a sua reeleição. Estamos preocupados em fazer a boa política, em honrar os compromissos que assumimos com as pessoas que aqui nos colocaram. O Ver. Paulinho apresentou esse projeto em 2013. Durante sua trajetória, durante sua reeleição ele deve ter dado explicações por que não aprovou esse projeto, o que agora ele conseguiu. Tem tanta coisa inconstitucional. Na reforma política não se colocou o direito do cidadão em tirar quem não cumprisse com aquilo que se comprometeu. Muito se fala em mudanças nas campanhas eleitorais, mas em vez de se achar soluções, buscam no passado. Em vez de dizer que nós estamos procurando fazer o melhor para a Cidade, geralmente nos culpam; dizem que nenhuma das mazelas é culpa de quem está administrando a Cidade, que a culpa é dos gestores passados, a culpa é de quem estava nos governos Fortunati, Fogaça, Verle, Tarso Genro, Olívio Dutra, Villela, Collares, enfim, governos passados. Quem está agora não tem culpa de nada, quem está agora não participou de nenhum governo. Tudo que tem de errado na cidade de Porto Alegre é culpa desta Casa, dos partidos que aqui estão, principalmente

da população de Porto Alegre e dos gestores passados. Só que lá estavam – sempre estiveram -, ocupando cargos de confiança, CCs, ou o Vanderlan não é do Partido do Prefeito? E trabalhava e era membro da Secretaria de Acessibilidade. O Ramiro Rosário, que a semana passada, quinta-feira, reuniu todo mundo na Prefeitura de Porto Alegre e pediu para levantarem tudo que existe do governo passado, porque agora é guerra! Eu não estava no governo passado, mas estavam lá o PDT, o PMDB, o PTB, o PT, o PP, o PSDB, o PSB, o PRB - estavam lá vários outros partidos que aqui nesta Casa estão. Levantar o quê? O que tem que levantar? Quem é o Ramiro Rosário, que foi gestor do CAR? Quem é ele? E aí o Prefeito disse, sábado, num programa de TV, que o seu partido nunca esteve no Governo. O seu partido sempre esteve no governo da Prefeitura de Porto Alegre, como o seu partido sempre esteve no governo do Estado, como o seu partido sempre esteve no governo do Presidente Michel Temer. Então não atire a primeira pedra, pare de atirar pedras nesta Casa. Nós não estamos em campanha eleitoral; nós não estamos aqui fazendo politicagem; nós não estamos aqui fazendo populismo e não estamos preocupados com a nossa reeleição. Nós estamos preocupados com uma cidade que se encontra abandonada, entregue. Nós queremos o melhor para a cidade de Porto Alegre, que só pode ser construído com esta Casa, com os 36 membros desta Casa, ouvindo atentamente o que esta Casa tem a dizer, porque esta Casa representa a população de Porto Alegre, queiram ou não. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal o PLL nº 277/13, com Veto Total. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** o Projeto por 20 votos **SIM**; 9 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**. Rejeitado o Veto Total.

O Sr. Adeli Sell: Como havia solicitado, passo a ler a Declaração de Voto (Lê.): “ Acompanho a posição do colega, Ver. Paulinho Motorista, rejeitando o veto, apesar da posição exposta na CCJ, na medida em que a mídia divulga que a Prefeitura quer adotar a mesma medida.”

O Sr. Dr. Thiago (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, logo após a discussão e votação do PLL nº

283/16 e a votação dos Requerimentos nº 204/17 e nº 201/17, discutir e votar o PLCL nº 039/17, em homenagem ao público que nos assiste aqui. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 283/16. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 204/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 201/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**

Em discussão o PLCL nº 039/17. (Pausa.) O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLCL nº 039/17.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; Ver. Sgarbossa, antes de entrar no tema principal, de forma muito fraterna, queria-lhe dizer duas coisas: assumi a Secretaria da Indústria e Comércio e fiz, como disse aqui, o primeiro *parklet*, antes de o senhor ser Vereador. Depois, Ver. Sgarbossa, na Indústria e Comércio, implementamos bicicletários em vários lugares. Antes disso, Ver. Sgarbossa, o senhor nem era Vereador, eu era Líder do Governo aqui, nós aprovamos o Plano Diretor Cicloviário, que definiu toda a política de ciclovias na Cidade e todo o recurso destinado a ciclovias. Aí o Ver. Sgarbossa sobe aqui para dizer que a gente copia as coisas dele... Por favor, me perdoe, é o contrário. E vou lhe dizer mais: um dia, eu cobrei do Cappellari por que é que, na ciclovia da Av. Ipiranga, tinha um símbolo que era igual ao da sua campanha, aquela bicicletinha, se eles estavam fazendo campanha para o senhor. O Cappellari me disse o seguinte: “Aquilo foi o Ver. Sgarbossa que copiou”. Então, me perdoe de forma muito fraterna: se alguém está copiando alguém, é o contrário. Eu coloquei bicicletários no Mercado Público, no Largo da Praça XV, ajudei a botar no Sport Club Internacional e em muitos outros lugares, quando nem o senhor nem o Massa Crítica

existiam. É bom a gente respeitar a história das pessoas e às vezes, inclusive, reconhecer que estão trabalhando numa mesma causa, independentemente dessas questões.

Eu quero falar sobre esse projeto...

O Sr. Marcelo Sgarbossa: V. Exa. permite um aparte?

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Quando estiverem faltando 30 segundos, eu lhe dou com o maior prazer, como o senhor me deu, está bem?

O Sr. Marcelo Sgarbossa: Está bom.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Eu quero me dirigir aos moradores do bairro Petrópolis.

(Aparte antirregimental do Ver. Marcelo Sgarbossa.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Então, lhe dou mais, lhe dou um minuto, não tem problema. O senhor fique descansado, eu vou lhe dar, com o maior prazer, um minuto. Meus caros moradores do bairro Petrópolis, nós estamos vivendo a maior violência da história desta Cidade contra profissionais liberais, cidadãos da nossa Cidade que, durante uma vida inteira trabalharam para ter um patrimônio, que, às vezes, é uma casa própria, o maior sonho da vida de qualquer pessoa. É com uma visão ideológica enviesada, Sr. Presidente, que acham que o cara, porque tem uma casa em Petrópolis, é rico, e o Estado pode chegar lá e dispor da casa dele. A mesma coisa no 4º Distrito: tem 980 bens, entre listados e tombados pelo patrimônio histórico. A gente está tentando fazer um projeto de revitalização do 4º Distrito e não tem como fazer. A mesma coisa na Vila Assunção, porque os técnicos do Epahc, atropelando o Plano Diretor, disseram que aquilo lá foi concebido como uma Cidade Jardim e tem que evitar o adensamento. Então não pode ter condomínio horizontal na Vila Assunção, e simplesmente não aprovam. É uma violência contra o indivíduo! Há pouco eu disse aqui que a maior das minorias é o indivíduo. É uma violência contra a família, que é o núcleo mais importante na constituição de uma sociedade. É uma violência contra a história e contra o trabalho das pessoas, perpetrada por pessoas que têm um vezo ideológico equivocado. Se a gente for

preservar, como diz o Ver. Idenir Cecchim, o patrimônio histórico, quem de nós aqui não quer? Eu fui a Israel três vezes, tive a graça de visitar outros lugares, morar na Europa durante um tempo, adoro patrimônio histórico e sempre que posso, saio daqui e visito museus – acho que isso é fundamental. Mas confundir o que é histórico, por exemplo, com o que é velho ou ir lá e dispor da casa das pessoas que, na representação desse contexto todo, não diz nada, porque a casa é o bem das pessoas. Então, isso é uma deturpação que se estabeleceu aqui no nosso Município e que há cinco anos não conseguimos enfrentar. Eu sugeri ao Prefeito, lá atrás, que trouxesse o Epahc para dentro do Urbanismo novamente, porque o Epahc até 1991 era do Urbanismo; para colocar dentro da visão urbanística, gerida pelos arquitetos, pelos engenheiros. Não quis fazer, manteve o Epahc no histórico com esses ranços ideológicos que tem lá dentro do Epahc, Vereadores. Então, tentamos aqui duas leis e não conseguimos, então isso nos força a uma medida extremada, que é esta: então vamos ficar com a legislação federal, que já preserva, que dispõe, que regra com relação a essas questões. E vamos levantar, especialmente no bairro Petrópolis, e mais nos outros, essa violência absurda e injustificável que se estabeleceu aqui. Ver. Sgarbossa, concedo-lhe um aparte.

O Sr. Marcelo Sgarbossa: Vereador Valter, sinceramente nem ia usar esse um minuto, porque é muito comum, durante a Legislatura passada, todas as vezes que eu apresentava um projeto, o senhor subia à tribuna dizendo que já tinha tido a ideia. Então, acho que tenho que começar a reconhecer que qualquer ideia que surja, o senhor já vai ter tido ela primeiro. Só que o senhor esquece, quando apresentamos o projeto, que o senhor mesmo elogiou a ideia – talvez o senhor não lembre – dos *parklets*. Se tinha feito alguma coisa, como eu falei da tribuna, não o fez de forma institucional; nós fizemos de forma institucional; é uma pena que o senhor sequer, quando fez na SMURB, nos convidou para o diálogo. Então, talvez seja esta a única resposta que eu possa lhe dar.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Está bem, Vereador. Só quero lhe dizer com relação a isso o seguinte: nós fizemos um trabalho de fôlego de 400 páginas de estudos técnicos; o senhor apresentou um projeto de lei de duas páginas, e queria a paternidade do projeto dos *parklets*. Então, desculpe-me, não dá. Isso de botar no papel e dizer em duas linhas que a Cidade vai botar *parklets* qualquer um pode fazer. Muito obrigado, Srs. Vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLCL nº 039/17.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Meus queridos colegas Vereadores e Vereadoras, Ver. Dr. Thiago, acho essa solução uma não solução. Com todo respeito à associação e aos proprietários, homens e mulheres que estão há alguns anos exigindo diálogo, transparência e outro tratamento no tema do Inventário. A legislação que ora o Ver. Dr. Thiago propõe, com a defesa aqui por parte de vários Vereadores, como o Ver. Valter, simplesmente revogar, regulamenta um dispositivo que já está na Constituição Federal. A proteção do patrimônio cultural está prevista na Constituição Brasileira desde 1988; na Estadual, em 1989, e na Lei Orgânica do Município de Porto Alegre. No § 1º do art. 216 da Constituição Federal está estabelecido (Lê.): “ O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, [Ver. Alvon] por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.” Claro, para um país, uma cidade, simplesmente não colocar abaixo toda sua memória, sua história. A Constituição do Estado previu, identificando, o acesso ao patrimônio cultural do Estado, a ser garantido pelo Estado, entendendo-se o patrimônio natural e os bens da natureza material e imaterial, portadores de referências à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade rio-grandense, incluindo-se entre esses bens: a) as formas de expressão; b) os modos de fazer, criar e viver; c) as criações artísticas, científicas e tecnológicas; d) as obras, objetos, monumentos naturais e paisagens, documentos, edificações e demais espaços públicos e privados destinados às manifestações políticas, artísticas e culturais; e) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, científico e ecológico. Então, tem toda uma proteção que não é somente o patrimônio material, mas também o patrimônio imaterial como direito do cidadão e da cidadã.

Bom, um instrumento específico desta lei é o inventário dos bens culturais, que está previsto no art. 222, como patrimônio cultural, como tarefa do Estado e da comunidade, citando como instrumentos já identificados no § 1º do art. 216 da Constituição Federal, dizendo que deverá ser prevista a lei que sinalize com incentivos a preservação e a

conservação aos proprietários, incentivo a serem definidos em lei. O § 2 salienta a punição aos danos e ameaças ao patrimônio protegido. Portanto, há uma previsão de incentivos, Vereadores e Vereadoras, quer dizer, não é apenas a identificação do patrimônio, a preservação do patrimônio, mas também que se crie em lei, Ver. Dr. Thiago, incentivos para os proprietários desse patrimônio: redução do IPTU ou o uso do índice construtivo, para quê? Para que o proprietário não seja penalizado, para que ele tenha condições de preservar esse imóvel que é patrimônio cultural.

A Lei Orgânica do Município, em 1988, estabelece a preservação de bens em locais históricos, culturais e científicos; art. 9º - o dever de proteger o patrimônio cultural histórico por meio de inventários, registros, tombamentos, etc. O Plano Diretor de Porto Alegre também faz essa previsão, no art. 14, dizendo que as edificações inventariadas e tombadas compreendem o patrimônio cultural do Município.

Eu vou pular e dizer aos senhores que o art. 14 desse Plano Diretor prevê o inventário, estabelecendo a classificação: estruturação é aquela que, por seus valores, atribui identidade ao espaço; compatibilização é aquela que expressa uma relação significativa. Então, a classificação de estruturação e compatibilização já estão no Plano Diretor. Eu quero dizer que todos esses dispositivos permanecem vivos, dando suporte à lista de inventários. Se a lista está errada, não adianta suprimir a lei, porque até o Plano Diretor já fala claramente em inventariados de estruturação e de compatibilização. No caso de estruturação, não pode ser demolido, terá que ser mantido.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, por cedência de tempo do Ver. Aldacir Oliboni.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Muito obrigada, Ver. Aldacir Oliboni. O tema é deveras complexo e não pode ser tratado como apenas uma situação de quem tranca a rua, de quem é violento com as famílias ou quem não é; portanto o Plano Diretor já prevê. Encerro dizendo que se trata de um instrumento já previsto, senhores e senhoras, no Plano Diretor de 1979, que previa uma listagem de imóveis de interesse cultural. Até a lista já tinha. Portanto, desde 1979, se listam os imóveis e se inventariam em Porto Alegre. O advento dessa legislação, de 23 de outubro de 2008, não inventou nada, criou

uma regulamentação do que já existe e apenas traz dois benefícios, que depois tratarei deles: o direito do proprietário de discordar, de requerer revisão, com prazo para isso, e o outro é o direito aos índices construtivos, que ficam indisponíveis quando o imóvel é inventariado. Quer dizer, se cair a lei, acabou esse dispositivo de poder vender os índices construtivos. O Município nunca - do seu Governo, Ver. Valter Nagelstein, o seu Prefeito – disponibilizou, nunca aceitou disponibilizar aos proprietários esta riqueza que está congelada. Se acabar a lei, bom, aí mesmo é que o Município não poderá fazê-lo.

O Sr. Valter Nagelstein: V.Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Ver.^a Sofia Cavedon, eu lhe pergunto, do mais profundo da sua alma, se a senhora não sabe, se a senhora não tem consciência de que houve um desvirtuamento dos propósitos dessa lei e de que é uma agressão ao direito de propriedade dessas famílias, de que não se está protegendo - a senhora sabe disso - a integridade arquitetônica e cultural; ao contrário, se está ofendendo, de novo, o direito de propriedade de dispor dessas pessoas, que se está adoecendo essas pessoas para ensejar o direito de arbítrio e a violência do Estado contra essas pessoas. Não se dá o índice, se restringe tudo, e o Epahc utiliza o seu poder de império, porque não há um requerimento desses que tenha sido deferido. Portanto, o que essa lei fez, infelizmente, da sua autoria, foi proporcionar a essas pessoas um verdadeiro pesadelo, um martírio. E nós precisamos, a bem da justiça, fazer cessar esse martírio. Se a senhora quiser proteger o verdadeiro patrimônio histórico, eu vou ser o primeiro aliado ao seu lado, o primeiro, dos bens efetivamente históricos da nossa Cidade, não de poucas casas de famílias que podem e que devem dispor do seu patrimônio. Muito obrigado pelo aparte.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Valter, eu quero dizer que não tenho nenhuma competência para definir o que é patrimônio histórico cultural. Eu não tenho essa competência, não me formei em arquitetura, não me especializei em patrimônio histórico e acredito que V. Exa. também não. Então, sabiamente, a legislação remete a uma equipe técnica e ao Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural – Compahc, então são duas instâncias.

Eu quero voltar ao seguinte tema, senhores e às senhoras, nós não tivemos um Governo que respeitasse a população, e não temos mais uma vez. A lei tem várias instâncias e

deve ser respeitada: a instância técnica foi terceirizada, inclusive houve muito questionamento; concordei com os senhores e senhoras que a listagem tem que ser de forma muito criteriosa, fundamentada, convencer o proprietário, convencer a sociedade e convencer o Compahc e, por fim, convencer o Prefeito. Portanto, tem várias etapas que protegem o direito do cidadão e cidadã de discordar. O que é absurdo é que instrumentos de proteção, de indenização, de estímulo e incentivo nunca tenham sido disponibilizados. E aí, inclusive, o Ministério Público se envolveu nisso e não conseguiu garantir. Para ver como é difícil quando temos governos autoritários.

A Sra. Fernanda Melchionna: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Quero cumprimentá-la, Ver.^a Sofia, ao mesmo tempo, ouvia atentamente a discussão e a intervenção do Ver. Valter Nagelstein. Eu acho que, de fato, o que aconteceu em Petrópolis é um absurdo, acho que o novo inventário não foi feito; apoiamos a luta pelo novo inventário.

Agora, o Ver. Valter falou da revogação da lei, porque seria um alívio para os moradores do Petrópolis. Mesmo que a lei seja revogada, não tem lei que retroaja, então, acho que do ponto de vista jurídico existe um equívoco. Evidentemente, temos vários advogados, os próprios moradores têm seus advogados. Agora, é um debate se essa lei se aplica ou não, não estou entrando no juízo de valor, mas acho que esse argumento não é correto, porque nenhuma lei retroage.

A SRA. SOFIA CAVEDON: A Fernanda está correta e pega bem. Eu vou encerrar dizendo isto: como o Plano Diretor prevê o inventário, prevê a estruturação, prevê a compatibilização, a lista tem base legal. Então, o que vai acontecer, acabando com a lei, é que nós não poderemos lutar pela indenização de índice construtivo. Portanto, eu acho que a solução é o diálogo, eu acho que esta Câmara tem que exigir do Governo que abra uma mesa com diálogo para a população de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLCL nº 039/17.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, nós estamos fazendo essa discussão há, mais ou menos, três anos e meio. Já falamos tantas vezes, já tentamos tantas vezes tirar essa pedra do sapato, esse incômodo. Quantos vídeos foram feitos sobre isso? Muitos. Quantas opiniões nós já demos? Quantas vezes xingamos o pessoal do Epahc, xingamos o pessoal que fez a lista, que listou o segundo andar de um prédio, mas o térreo não listou. Imagina que seriedade é esta! Então, quando eu subo a esta tribuna para fazer essa discussão, eu fico quase com uma vontade de pedir desculpas. O Cláudio Janta disse para pedir desculpas, então eu vou pedir desculpas para a população de Petrópolis, esses 500, mas pedir desculpas para aquele 4º Distrito, para a Floresta – para a cidade de Porto Alegre tem que pedir desculpas – pelos tranca-ruas do Epahc, que dizem não sem dizer por quê. Não é possível continuar com essa legislação, tem que fazer alguma coisa. Então, sem me alongar mais, temos é que votar de novo; quantas vezes forem necessárias vamos votar para acabar com essa barbaridade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLCL nº 039/17.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste, quero dizer, principalmente à Ver.^a Sofia, que tenho certeza de que, quando ela fez esse projeto, foi com a maior das boas intenções, querendo proteger o patrimônio histórico e cultural da Cidade. E tenho certeza também de que todos os Vereadores aqui concordam que a gente tem que preservar as questões históricas e culturais da Cidade, só que este projeto foi distorcido por alguns órgãos, e essa lei está sendo usada, não para preservar o patrimônio histórico e cultural e, sim, como se fosse parte do Plano Diretor. Por exemplo, no caso de Petrópolis, foi congelado o bairro inteiro utilizando uma lei que é para proteger o patrimônio histórico e cultural; vai lá e congela a Cidade, bairros, onde as pessoas não têm nada a ver com o patrimônio histórico e cultural, para controlar a altura, para não poder construir prédios, para não poder construir comércio, seja lá o que for. Esta lei foi distorcida, e nós aqui na Casa já procuramos resolver esse problema de diversas formas. Os Vereadores, na legislatura passada... Eu mesmo fui autor de um projeto, aprovado, para conseguirmos modificar alguma coisa

dentro da lei que melhoraria a situação de Petrópolis, mas o Prefeito entrou na Justiça, ganhou uma liminar e acabou derrubando o nosso projeto. E nós estamos aqui já há alguns anos tentando resolver esse impasse e não conseguimos. Então, gostaríamos muito de resolver esse problema e não estamos vendo uma outra forma, senão terminar com essa lei que está prejudicando a cidade de Porto Alegre. Nós temos que buscar alguma saída para o patrimônio histórico? Sim, temos, mas essa lei está prejudicando Petrópolis, está prejudicando o 4º Distrito e várias outras regiões da Cidade. Então, neste momento, não vejo uma outra saída senão revogar essa lei. Gostaria de ter outra saída e acho que, depois, vai ser mais fácil buscar outra saída para controlar o patrimônio histórico cultural do que essa que está congelando vários bairros da Cidade e impedindo as pessoas de fazerem o bom uso do seu patrimônio. A gente escutou muitas histórias lá de Petrópolis, onde as pessoas, durante anos, juntaram dinheiro, na forma de poupança, compraram uma casa; agora estão com aquela casa congelada, sem saber o que vai acontecer já há alguns anos, impedindo o bom uso do seu patrimônio. Nós queremos, sim, resolver este problema da Cidade.

E tem mais: as leis que a gente faz, Ver. Dr. Thiago, em cima desta lei, são todas consideradas com vício de origem. Esta lei, se foi feita por uma Vereadora numa mesma linha que a gente, quando altera, não pode alterar, porque tem vício de origem, talvez esta lei tenha o mesmo problema.

Se eu não posso modificar, então esta lei deveria ser feita pelo Executivo e não pelo Legislativo, Ver. Cassiá. Portanto, vou votar favoravelmente. Inclusive, sou coautor, assino junto com o Ver. Dr. Thiago e outros Vereadores. Votaremos favoravelmente ao projeto de lei para a revogação desta lei, por achar que ela está prejudicando a cidade de Porto Alegre, ao invés de ajudá-la. Muito obrigado, um abraço. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLCL nº 039/17.

O SR. DR. THIAGO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu tenho aqui uma das Ações Diretas de Inconstitucionalidade que entraram contra esta Casa quando ela fez uma das duas modificações desta lei, e nesta última Ação Direta de Inconstitucionalidade, Ver.^a Sofia, a desembargadora coloca na sua fundamentação que é claro que havia inconstitucionalidade na modificação da lei, mas a lei original também deveria ter sido colocada como inconstitucional. Então, é cabal o problema de constitucionalidade na lei inicial - esta é correção que nós estamos querendo fazer. Que se tem que criar parâmetros para a preservação do patrimônio histórico, Vereadores, é claro que tem que se criar.

(Procede-se à apresentação de imagens.)

O SR. DR. THIAGO: Eu não sou paisagista e não sou arquiteto, mas o que há de histórico nessas duas casas abaixo, por exemplo? Elas não têm nada de histórico. E aí nós estamos aqui, e a Prefeitura de Porto Alegre condena o proprietário desses imóveis a ser zelador dos imóveis. Então, o proprietário só tem o ônus do imóvel. E para preservar o imóvel o proprietário tem que pedir autorização, o proprietário tem que ter um ônus que envolve recursos que muitas vezes ele não tem.

Então, esse é o grande cerne desse problema, ele ataca Petrópolis de forma especial, ataca o 4º Distrito, são quase 2 mil casas e nós estamos condenando os proprietários a serem zeladores das suas próprias casas. “O senhor não pode mexer!” Então, nós estamos, ao fim e ao cabo, relativizando o direito ao patrimônio. Se acho que precisa de um marco? Precisa! Precisa que o Executivo se movimente para isso adequadamente? Precisa! Mas precisa, na minha ótica, extirpar essa situação escatológica que acabou sendo criada. Volto a dizer que não foi criada pela Ver.^a Sofia Cavedon, mas criada por uma conjuntura. Eu acho que a forma correta de se fazer isso, aliás, a única forma de se fazer isso é revogando a lei, porque as modificações que foram propostas, Ver.^a Mônica Leal, pelo Ver. Idenir Cecchim e pelo Ver. Mauro Pinheiro em outro momento foram declaradas inconstitucionais. Agora, façamos o projeto contrário: revogemos a lei e depois criemos um outro marco regulatório que, sem dúvida, preserve às pessoas o direito à propriedade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLCL nº 039/17.

A SRA. MÔNICA LEAL: Ver. Valter Nagelstein, que Preside nossos trabalhos, a gente tem de fazer um registro do cavalheirismo dos nossos colegas. É tão bom, é animador a gente ter essa manifestação de generosidade e educação, ainda mais em tempos tão difíceis, quando a gente não vê isso na área política. Obrigada a todos. Eu ouvi atentamente as manifestações dos meus colegas, participei de todas as reuniões, nas outras Legislaturas, sobre essa questão. Eu anotei algumas coisas interessantes que me chegaram, como, por exemplo, o fato de os imóveis listados desvalorizarem cerca de 70%, enquanto que os imóveis não listados valorizaram cerca de 100%. Fico imaginando, num bairro, como os vizinhos se sentem, convivem com esse absurdo. Registrei, também, a forma autoritária como isso foi feito, todo esse processo de listar imóveis. Olhem, eu já fui Secretária da Cultura do Rio Grande do Sul com muita honra e sei muito bem como funcionam essas análises do IPHAN, do Epahc, de todos esses órgãos. E o que mais me toca, neste momento é o direito de propriedade do cidadão. Nada pode se sobrepor a isso. Os senhores imaginam como se sente uma pessoa que tem um único imóvel listado. É o seu patrimônio e, de repente, acorda e, a bel-prazer, aquilo passou a ser desvalorizado. Então, eu vim à tribuna para deixar registrado, mais uma vez, o que a bancada do PP, lá atrás, propôs, desde o início, sobre a situação do Bairro Petrópolis, encaminhou, lembro bem, um ofício à Prefeitura, solicitando a retirada dos imóveis do inventário. Além do ofício, o PP encaminhou emendas à Lei que regulava esses tombamentos em Porto Alegre, prevendo que o imóvel deveria conter características necessárias bem definidas para a sua inclusão em inventário. Enfim, a Bancada do PP, desde o início, se manteve atuante nas outras legislações; Ver. Thiago e demais Vereadores que estão com esse Projeto aqui hoje em discussão, que revoga a lei, contam com o apoio da Bancada Progressista. Nós não podemos, de forma alguma, permitir que o cidadão perca o seu direito à propriedade. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Mônica. O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra discutir o PLCL nº 039/17.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Sr. Presidente, Ver. Valter Nagelstein, na pessoa de V. Exa. cumprimento os demais Vereadores, Vereadoras, público que nos assiste nas galerias, na TV Câmara, senhoras e senhores, me permitam fazer uma saudação aos moradores do bairro Petrópolis, na pessoa do Fernando e dizer que, efetivamente, nós não podíamos aqui nos furtar de ouvir a palavra da Ver.^a Mônica Leal que fala com propriedade, porque foi Secretária Estadual da Cultura. Então, quero dizer que retornei hoje de viagem, casualmente de uma cidade que tem muito patrimônio cultural edificado: Barcelona, onde tivemos a oportunidade de participar da reunião Conselho Mundial da IS. E lá, sim, não se pode permitir que se construa um prédio na frente da Igreja Sagrada Família, por exemplo, vai ofuscar o patrimônio cultural edificado; ou comparando aqui, permitir que se construa um prédio na frente da Usina do Gasômetro; ou um edifício do lado da Catedral Metropolitana, na praça da Matriz. Até aí tudo bem, está o patrimônio cultural justificado, edificado, que tem que ficar, digamos assim, preservado, mas não como mostrou aqui muito bem o Ver. Dr. Thiago, as fotografias de casas que não constituem nenhum tipo de indício de patrimônio cultural edificado a ser preservado na Cidade. Então, quero dizer que a gente fez esse debate, a gente enfrentou esse debate também no período em que estive Secretário do Planejamento, e já existia esse projeto de congelar o bairro Petrópolis inteiro. E nós seguramos lá, não permitimos que fosse adiante. Hoje, veio uma lista, depois duas listas, três listas, agora já está na quarta lista, já não tem nem critério para ver quem entra, quem sai. O critério já virou subjetivo, Ver. Cecchim. Infelizmente, acho que a gente tem até se penitenciar aqui, porque partiu de um período de incompreensões do nosso Governo, Ver. Cecchim. E nós fomos vencidos no debate, que foi judicializado, e a Cidade hoje está numa estagnação, num bairro nobre, um bairro próspero, que tem muitos equipamentos públicos coletivos, como praças, parques, que também, em relação ao transporte coletivo, tem muita facilidade pela estruturação ali, especialmente da Av. Osvaldo Aranha e da Av. Protásio Alves. Então, é muito importante a gente vencer este debate, nós tivemos uma reunião acalorada na Comissão de Constituição e Justiça, estamos tentando enfrentar esta matéria; a Cidade quer enfrentar essa matéria. As pessoas têm uma expectativa sobre a estruturação do espaço urbano da Cidade. A gente

também está aqui sob um critério e um aspecto de tentar diminuir as desigualdades da Cidade, e quando se investe em estruturação urbana, se permite que um empreendedor, através de uma ação compensatória, de uma ação mitigatória, qualifique espaços urbanos coletivos e empreenda, num terreno, em dois ou três terrenos, e aquilo ali passa a ter um prédio de 8, 9 andares, com 58, 70 unidades, pagando IPTU, pagando ITBI, estruturando o entorno, muitas vezes duplicando uma via, abrindo um acesso. Trago um exemplo: ali ao lado do IPA, a Rua Quintino Bocaiúva, poder descer, como avançou a Cidade, naquela estruturação urbana, por exemplo, e em outras tantas ali. As estruturações viárias ao longo da Av. Ipiranga, que foram sendo feitas, as pontes, acho que não dá para misturar o patrimônio cultural edificado, as áreas de ambiência cultural e a lei que foi aprovada, nós aprovamos, em 2010, o Plano Diretor, e o que está no Plano Diretor é a lei, é um esqueleto da estruturação urbana da Cidade, tem que ser cumprida a lei! Não dá para inventar, em cima da coxa, uma lista que não tem fundamentação legal nenhuma, trazer para o debate para emperrar o desenvolvimento urbano, para trancar a pauta dos lançamentos dos novos empreendimentos, da evolução da Cidade em toda a sua organização. Existe carência de quantas mil unidades habitacionais na Cidade? Pessoas que vivem na irregularidade, na clandestinidade, em situações autoproduzidas, para não falar em invasão. Para concluir, Presidente, não quero me estender, quero me somar a todos os Vereadores, muito especialmente ao Ver. Dr. Thiago, que enfrenta com muita galhardia e de frente este debate, de peito aberto, trazendo aqui uma realidade que incomoda milhares de famílias na Cidade. As pessoas perderam o sono, algumas perderam a vida se incomodando com essa situação que não tem fundamento jurídico nenhum, muito menos do cunho meritório, que se pudesse fazer um debate mínimo de justificativa plausível que pudesse ser apresentado num contraste de fotografias.

Então a gente quer aqui, de certa forma, externar a nossa indignação, em nome dos que nos acompanham aqui, mas sei que são centenas, milhares – muitos pelo telefone, ligando, alguns que já estiveram aqui na semana passada – aguardando nessa expectativa. É uma situação judicializada, caótica, extemporânea, desrespeitosa, que atravança a nossa Cidade.

O bairro Petrópolis está com o freio de mão puxado, Prefeito, em nome do quê? Então vamos enfrentar esse debate, sim. O PDT vai estar ao lado do desenvolvimento, da

geração de emprego, do bem das pessoas que querem fazer a Cidade avançar, progredir com legitimidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para discutir o PLCL nº 039/17.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Boa tarde, Sr. Presidente, colegas que nos acompanham. Nesta tarde, a gente tem a visita de porto-alegrenses que, há muito tempo, passam por esse problema nas suas residências, nos seus bens que foram conquistados, certamente, com muito suor, com sacrifício familiar. Eu, venho a esta tribuna com muita tranquilidade, em nome da Bancada do PSDB, fiz alguns questionamentos, até porque, enquanto alguns Vereadores subiam à tribuna, eu conversava com o nosso Vice-Líder do Governo, o Ver. Luciano Marcantônio, fazendo alguns questionamentos também sobre a área da cultura. Nós temos uma dupla tarefa aqui, não só como Vereadores, mas também na questão da Liderança, de dividir com o Luciano a Liderança do Governo. Mas, ouvindo aqui os Vereadores que nos antecederam, ficou muito claro e muito transparente o quanto esta Cidade marca passo e fica de costas para o progresso. A gente realmente vê várias capitais de vários lugares do País e do mundo que conciliam tudo muito bem – como foi dito aqui, inclusive, pelo Ver. Idenir Cecchim, que é um dos coautores. As fachadas são preservadas, mas de uma forma casada com a tecnologia, com o avanço, não emperrando a vida das pessoas. Então nós, que defendemos, junto com vários Vereadores, a questão de revogar leis que não têm fiscalização, que não são utilizadas, também acompanhamos a questão da modernização, da liberdade das pessoas. Lendo o simples texto, obviamente, conversando com o coordenador da Bancada do PSDB, vamos votar a favor do projeto. Também é importante dizer que no momento em que a gente chega no fim do texto e vemos o Ver. Dr. Thiago, hoje sentado do outro lado do plenário, vemos o Ver. Mauro Pinheiro, o Ver. Reginaldo Pujol, o Ver. Valter Nagelstein, o Ver. Felipe Camozzato, na frente da desburocratização, junto com o Ver. Ricardo Gomes, o Ver. Idenir Cecchim que é um exemplo de parlamentar para mim, quero deixar muito claro que nós vamos defender esse projeto importante para tentarmos parar de marcar

passo nesta Cidade e tentar vislumbrar um pouco de progresso e respeito à liberdade das pessoas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCL nº 039/17.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, esse é um debate por demais importante, porque ao longo dos anos foram tomadas atitudes que trouxeram um texto completamente confuso, atrasado, complicado e que não resolve em nada a defesa do patrimônio social e cultural da cidade de Porto Alegre. Não sou daqueles que acham que se põe patrimônio cultural abaixo. Em nenhuma circunstância, muito pelo contrário. Também está lá esculpida no art. 5º da Constituição a função social da propriedade. A propriedade não é um direito absoluto, mas também não é o contrário disso. Se por um lado nós temos a função social da propriedade bem colocada no art. 5º da Constituição, que o direito de propriedade não é um elemento absoluto, porque ele veio sendo flexibilizado desde o estado da criação, do estado do bem-estar social na Europa no século passado. Está na Constituição Federal, no art. 216, no Inc. V. especialmente no parágrafo 3º, que há necessidade de incentivos, o que hoje nós não temos, nós temos penalizações. Temos que retirar as penalizações. Eu vou mais longe, eu acredito que nós ao revogarmos essa legislação confusa, complicada, desconexa, temos autoridade para discutir com a comunidade porto-alegrense, especialmente com o 4º Distrito, com Petrópolis e outros lugares da cidade de Porto Alegre, a possibilidade de um amplo debate, criando, inclusive, uma comissão especial nesta Casa para preparar a questão do Plano Diretor que vai ser reformado, para o qual também é preciso uma comissão especial, talvez no ano que vem, para que em 2019 nós possamos modificar. Esta lei é uma lei equivocada.

Em 2003, 2004, foi feito um levantamento no 4º Distrito por uma instituição privada! E foi colocado um decreto goela abaixo pela Administração Municipal! Está errado! Dos 427 espaços listados no 4º Distrito, a metade deles estão equivocados. Nós temos um levantamento fotográfico de praticamente todos, e temos estudos. Eu e mais cinco pessoas estamos discutindo, Mauro, ponto por ponto das questões do 4º Distrito - o

senhor vai ser convidado, inclusive, para fazer parte desse debate. Está equivocada essa visão.

Nós temos hoje que revogar essa legislação e fazer um debate com a sociedade, de peito aberto. Nós não podemos ter a covardia que tivemos nesses últimos anos, de não fazer esse debate com a sociedade, porque não é um problema só de determinação dos técnicos, a questão patrimonial, é também como as pessoas, as comunidades, sentem o que é o seu patrimônio. Felizmente, as pessoas que estavam no Epahc e que trouxeram essas complicações, estão todas aposentadas. Tem uma nova equipe de cinco ou seis pessoas, que não participaram dessa confusão que começou em 2003, 2004. E foi durante a gestão passada, inclusive, que foi feita a maior complicação – vamos deixar claro isso –, especialmente no Petrópolis. Eu não me sinto partícipe disso. Vou votar pela revogação. Vou votar pela revogação. Vou lutar por um patrimônio histórico cultural construído coletivamente. Está na lei, inclusive, que tem que haver participação popular; a participação popular é fundamental. A legislação atual não nos pertence, ela é um arremedo, foi construída com várias leis, várias emendas, decretos. Nós temos que ter uma lei nova, moderna, ousada para a cidade de Porto Alegre, não como temos hoje. Inclusive, na questão do mobiliário urbano, vai ser apresentada uma nova legislação porque temos um pacote deste tamanho de leis que não se conectam. Portanto, a minha posição é clara, é de defender o patrimônio histórico e cultural, a função social da propriedade; defender o art. 5º da Constituição e o art. 216, também da Constituição. Essa é a minha linha.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Adeli Sell. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLCL nº 039/17.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, moradores do bairro Petrópolis e do 4º Distrito que se encontram nesta Casa, no ano passado, nós discutimos muito a questão dos moradores do bairro Petrópolis, do 4º Distrito, Auxiliadora e de outros bairros de Porto Alegre que vêm tendo o seu patrimônio engessado. Ainda a pouco estava falando com um jornalista e disse a ele: “Me diz uma residência no bairro Petrópolis que tu consideras patrimônio histórico, uma residência que seja patrimônio

histórico”. E realmente, se tu puxares na memória e ficares pensando ou passeando pelo bairro, tu não encontras motivo arquitetônico, motivo histórico para declará-lo patrimônio histórico de Porto Alegre. Essa lei foi feita em 2008 e questiona os nobres Pares o que foi feito da Riachuelo, entre a Dr. Flores e a Marechal Floriano, desde 2008 até agora? Existem vários casarões, começando pelo da Confeitaria Rocco, que se encontram nessas três quadras que estão literalmente caindo, estão literalmente tombando. Nós temos uma lei que foi aprovada que tira o direito dos proprietários de mexer, de vender o seu patrimônio histórico, de fazer qualquer coisa, porque é um absurdo quando vai se mexer num prédio histórico, Ver. Adeli Sell, porque se deixou tudo na mão de meia dúzia de pessoas. Essa é a realidade, se tomba, se determinam bairros inteiros sem se dar nenhuma indenização para as pessoas, se inviabiliza os bens das pessoas sem dar uma indenização para elas. Acho que temos que nos colocarmos no lugar das pessoas, vamos querer que inviabilize o nosso patrimônio, que muitas vezes é o único patrimônio que a pessoa tem, quando passa por uma situação financeira difícil, e chega na hora de ter ou se desfazer ou tentar fazer algum negócio com esse patrimônio, esbarra porque não sabe por que esse patrimônio está listado como patrimônio histórico de Porto Alegre sem ter história nesse patrimônio. Lá nesse patrimônio não tem nem sequer arquitetura, volto a dizer, histórica, não tem nenhum membro da história da nossa cidade que nasceu lá dentro, não tem sequer um leito de um membro da nossa história que esteja lá dentro. Se vai a várias cidades, em vários países, e se vê o patrimônio histórico preservado, mas se vê também o moderno sendo construído. Então não podemos engessar bairros que hoje estão sendo destruídos pelo tempo, estão sendo destruídos pela necessidade dos invasores, das pessoas de morar, isso é o exemplo do 4º Distrito, o jeito que está o 4º Distrito, várias partes do Centro de Porto Alegre do jeito que está. Nós estamos falando de um patrimônio histórico, mas temos que preservar os nossos patrimônios históricos vivos, que a gente vê a olho nu que são patrimônio histórico da nossa Cidade e que cabe a nós preservar, não o patrimônio das pessoas, mas os patrimônios históricos públicos, o Mercado Público, a Prefeitura de Porto Alegre, a Ponte dos Açores, o Viaduto Otávio Rocha, o Calçadão da Rua da Praia e por aí vai. Agora, coisas históricas da nossa Cidade, que são o compromisso nosso, buscar recursos com o Governo Federal, buscar recursos com o Epahc e ter leis que deem suporte para as pessoas que tenham o seu patrimônio como realmente histórico. Então, encaminhamos pela aprovação deste projeto

de autoria dos Vereadores Dr. Thiago, Cecchim, Mauro Pinheiro, dentre outros, para que se devolva a dignidade para as pessoas que hoje têm o seu patrimônio engessado e, como disse o Ver. Adeli Sell, se possa discutir com clareza e tranquilidade a questão do patrimônio histórico da nossa Cidade.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLCL nº 039/17.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu subscrevo tudo que já foi aqui afirmado, porque, efetivamente, se trata de uma situação que se avoluma no Município de Porto Alegre, que já fez o desastre que fez no 4º Distrito, que está fazendo lá no bairro Petrópolis e em várias regiões de Porto Alegre. Ninguém é contra o patrimônio histórico, que deve ser mantido; o que nós queremos é restabelecer a possibilidade de uma criteriosa seleção de que, efetivamente, o Município deva intervir, declarando patrimônio histórico e conservando o patrimônio. Ficando nessa situação em que se transfere para o proprietário, que já não pode dispor do seu imóvel a responsabilidade de mantê-lo, é um absurdo que se prolonga no tempo e que queira Deus possamos interromper no dia de hoje. O discurso é simples e objetivo: vamos logo tratar de votar e consagrar votado, porque há muitos bairros atingidos em Porto Alegre, cujos proprietários estão injustamente sendo castigados durante todos esses anos. Pela aprovação do projeto.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para discutir o PLCL nº 039/17.

O SR. RICARDO GOMES: Sr. Presidente, serei breve para que possamos logo votar este projeto e acabar com tantos anos de sofrimento e espera dos moradores não só do bairro Petrópolis, como do 4º Distrito e outros bairros que foram afetados por esse inventário. Quero me somar a tudo que já disseram os colegas, mas quero dizer que o direito de propriedade é a primeira defesa das famílias contra o poder do governo, contra o poder

do Estado, e um projeto que enfraquece o poder sobre as casas dessas famílias é um dos projetos mais arriscados, mais duros com as liberdades democráticas. Quero citar a fala de um Primeiro Ministro inglês – sempre gosto estudar a história da Inglaterra -, que disse o seguinte: “A casa do inglês é o seu castelo, o mais pobre dos homens pode, em seu lar, desafiar toda a força da coroa. Pode ser frágil, seu teto pode tremer, o vento pode soprar através da casa, a tempestade pode entrar, a chuva pode entrar, mas o rei da Inglaterra não pode entrar”. A casa é a proteção do cidadão contra o abuso do Estado. O direito sobre o lar é o que essas famílias querem; não querem índice construtivo, querem as suas casas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLCL nº 039/17.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa tarde a todos; boa tarde aos moradores do bairro Petrópolis que acompanham este debate. Eu não conseguirei ter toda a erudição do meu colega Ver. Ricardo Gomes, e, realmente, o Ver. Cecchim colocou antes aqui da tribuna que este é um tema que já debatemos há, pelo menos, dois ou três anos. Quero lembrar que chegamos aqui a cometer algo que a Justiça teve que nos segurar, porque foi aprovada por esta Câmara, nada mais, nada menos, a transferência de competência – talvez tenha um nome mais correto – para a Câmara Municipal fazer a listagem dos imóveis na cidade de Porto Alegre. Foi um momento lamentável da nossa Câmara, transferir uma função tipicamente do Executivo para a Câmara Municipal. Não se saberia nem onde seria o setor; se seria criado um setor diferenciado; teríamos aqui na Câmara o setor de tombamento, de patrimônio histórico, enfim, algo que não vingou pela própria lógica do sistema, e a justiça teve que intervir mais uma vez para corrigir. Eu não sou da judicialização, mas, neste caso, foi necessária em defesa da própria Constituição. Então, a Câmara teve, pelo menos, na Legislatura passada, um comportamento, no mínimo questionável. E me parece que nós, não na mesma proporção, estamos, ao aprovar esta lei, fazendo novamente algo equivocado, por quê? O Ver. Ricardo Gomes fez uma defesa do patrimônio, mas é lógico que ninguém quer tirar o patrimônio de ninguém, que a casa é algo inviolável. O que nós queremos é que haja uma política de valorização do patrimônio

na Cidade, uma compensação para aqueles proprietários que têm algum tipo de restrição, em maior ou menor grau; é basicamente isso. Eu duvido que alguém aqui seja contra a preservação da história da nossa Cidade. Então, claro que o Executivo - na Legislatura anterior, e esse parece agir da mesma forma - não está enfrentando esse debate. É lógico, olhando aquelas imagens daquelas residências que o Ver. Dr. Thiago colocou, fica escancarado que, mesmo não sendo um conhecedor do assunto, não se trata de patrimônio histórico aquelas casas que estão listadas. Quero tomar isso por verdade, não vou nem questionar se elas estão ou não. Não adianta se apegar a um ou outro exemplo que temos que discutir para, simplesmente, fazer o que está para acontecer: revogar a lei, lei inclusive que prevê todo um sistema de prazos, de defesa, de contestação dos próprios proprietários, dos índices construtivos, toda uma forma de ter essa compensação. Se viesse para esta Casa uma lei que tratasse desses pontos que são questionáveis; portanto os revogasse da lei anterior, tudo bem, isso seria a prova de havia sido feito um debate e estaria se colocando alguma coisa no lugar da lei anterior, mas não é o que está acontecendo aqui. Está se dizendo simplesmente que fica revogada Lei nº 601, de 23 de outubro de 2008. Ou seja, será que até a parte que fala que os proprietários têm direito também não vale, ou teria que ser mudada eventualmente. Então, vejam, é muito difícil de concordar com essa proposta que simplesmente revoga a outra e não coloca nada no lugar como se não estivesse escrito na Constituição Federal, em todas as leis que defendem o patrimônio, no nosso Plano Diretor. Eu queria pedir aqui uma atenção dos moradores para que, talvez, não criem falsas expectativas, até porque, se foram listados os imóveis, não é hoje, revogando a lei, que amanhã cai toda a listagem, foi um ato administrativo perfeito. Não haverá uma revogação imediata a partir do momento em que nós aprovamos aqui, se for o caso, com o meu voto, a revogação da lei anterior. Então, cuidado, como vocês já caíram nessa uma vez, com as falsas expectativas que podem criar para vocês. É esse alerta que eu deixo e quero pedir aqui a compreensão para pensarmos, juntos, numa valorização de toda a Cidade, do patrimônio, com, logicamente, indenizações justas e compensações justas aos proprietários. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLCL nº 039/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM**; 3 votos **NÃO**.

O Ver. Reginaldo Pujol solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 29 a 30 de novembro de 2017. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

O Sr. Aldacir Oliboni (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em votação o Requerimento nº 202/17. (Pausa.) O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 202/17.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Vim abertamente aqui conversar com todos os presentes às luzes de um pedido de que tenhamos consciência neste momento. E quero deixar muito claro aqui para todos os Pares que eu não estava na Casa no dia em que foi apresentado o Requerimento, mas tive oportunidade – por estar acompanhando a importante missão que trará certamente interessados a ajudar nesta difícil crise que nós enfrentamos aqui em Porto Alegre, da missão atrás de Parceria Público-Privada, da importante missão que a gente tem, nós Vereadores, de desburocratizar qualquer coisa que esteja impedindo a ampliação aqui do nosso aeroporto –, durante a viagem – pude assistir um pouco à distancia, mas hoje o mundo globalizado pelo WhatsApp, pela imprensa – de conversar diretamente com o Prefeito sobre as suas manifestações em São Paulo que provocaram este Requerimento.

Eu peço um pouquinho de atenção dos colegas para deixar claro que falo como Parlamentar do PSDB. Eu vou ser objetivo nas palavras ao dizer que vamos votar obviamente contra, pois o objeto não cabe, porque o Prefeito Marchezan estava e falou. Eu vi, assisti não a vídeos editados, a sua conversa numa reunião nacional sobre a

situação política do nosso País e, em nenhum momento, o Prefeito Marchezan falou se dirigindo aos Vereadores de Porto Alegre, se restringindo a nós. O assunto era o Parlamento nacional, o assunto era a situação do Legislativo Brasil afora. Em nenhum momento foi dirigido ou falado algo sobre nossos projetos, em qualquer momento de toda a sua fala, na íntegra. Além disso, quero fazer um questionamento às senhoras e aos senhores. Nós vimos vários e vários pronunciamentos e temos que fazer o seguinte questionamento: ele falou sobre o Parlamento nacional, falou que os legisladores, muitas vezes, que ainda se mantém num viés de serem influenciados por gritos... Existem sim! Vários Vereadores aqui, em várias reuniões, manifestaram isso para o Prefeito. Talvez esses Vereadores tenham inclusive responsabilidade sobre isso. Porque os Vereadores sempre disseram: “Olha, Prefeito, lá na Câmara, existe um grupo de Vereadores [e esses falando daqui, não do Parlamento nacional] que são influenciados pela pressão das galerias...” Gente, vamos ser sinceros, Guarda Municipal, comércio irregular no Centro, táxis, regulamentação dos aplicativos, nós temos um monte de trabalho aqui para entregar para a sociedade, e eu não gostaria de perder um dia inteiro discutindo sobre a opinião pessoal de um líder político que tem, sim, respaldo nacional para conversar e dar a sua opinião em outro Estado e deixarmos de legislar e trabalhar para os munícipes – esse é o meu trabalho aqui – para ficar avaliando a opinião dele, quando ele fala do Parlamento nacional. Desculpem-me! Outra: convocar! Olha só, tivemos governantes que falaram pejorativamente das mulheres e não foram sequer chamados ou convidados, tivemos vários... É a liberdade de expressão de qualquer liderança sobre um tema nacional. Em nenhum momento foi dito, numa reunião, em nível nacional, sobre nós, Vereadores Parlamentares do Município. Busquem o vídeo, na íntegra, e vou ser aqui, mais uma vez, aquele que pede um pouquinho de coerência... Eu encerro dizendo que vários Vereadores falam que o Centro de Porto Alegre está apodrecido. Há meses a gente tem um trabalho para fazer sobre isso, que é dar competência à Guarda Municipal. Vamos nos ater ao que a população pede a que a gente se atenha. Votaremos “não” porque a gente não interpreta e deixa muito claro: o Prefeito não fez manifestação sobre isso, inclusive lançou uma nota deixando claro que não foi esta a sua intenção. Obrigado, Presidente, e desculpe eu ter extrapolado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 202/17, pela oposição.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, falo em nome da oposição porque, de fato, este assunto nos causou, de uma certa forma, não só indignação mas também uma certa tristeza em perceber como o Prefeito de Porto Alegre trata a Câmara Municipal. E nós não vamos mentir e nem mudar os fatos. Eu pediria para que passassem o vídeo, porque nada melhor do que ouvir o Prefeito falar. Nada melhor do que ouvir o que o Prefeito falou.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. ALDACIR OLIBONI: Pessoal, já terminou o vídeo, está reproduzindo. Os senhores e as senhoras podem ter percebido que quem falou foi o Prefeito Municipal, reforçando inclusive o belo palavreado que ele se referiu na sua viagem, como também ali na entrevista. Inclusive agora citando, além da Câmara, a imprensa e também falou do ex-líder do Governo.

Vocês acham que não é justo para a Câmara o Prefeito vir aqui e dar satisfações sobre a forma como ele trata os Vereadores e as Vereadoras, os cidadãos e as cidadãs da cidade? É uma coisa óbvia. Ele deveria ter se pronunciado e se prontificado inclusive a vir prestar contas da sua viagem. Tem algo errado e nós estamos compactuando com isso. E aí parece que tem uma articulação na direção de não querer que o Prefeito venha. Se ele for um cara corajoso e, de fato, não disse que os Vereadores são, com o perdão da palavra, cagões, ele que venha e peça desculpas, ele que venha e crie uma relação positiva com a Câmara. Nós queremos construir uma cidade para todos e da forma como ele está agindo ele está destruindo a relação. Ele está percebendo que não tem mais base para votar nada aqui. E ainda mantém esse diálogo agora recente, no sábado, logo na Restinga? É impossível conseguir continuar dessa forma! E não é só a oposição. A nossa oposição é responsável, enquanto PT, enquanto PSOL. Nós queremos que os Srs. Vereadores e Vereadoras se pronunciem, por favor. Muito obrigado,

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 202/17.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, obviamente que a discussão desse requerimento deve estar sendo motivo de grande aplauso pelo MBL, devido a divulgação de um fato ocorrido numa reunião sua. Acredito que eles não esperavam que isso pudesse acontecer. Eu quero, sinceramente, dizer que não sou homem de meias palavras, e a grande mágoa que existe, na Casa, é um termo de baixo calão, utilizado pelo Prefeito numa manifestação. O resto tudo, Ver.^a Mônica, é enfeite. Essa é a grande mágoa. Eu quero alertar a todos o seguinte: o erro está no termo, porque, em verdade, o conceito esta Casa ouviu há mais de um ano. Muitos que assinaram esse requerimento aplaudiram, quando o Prefeito, numa reunião, aqui com todos nós, disse claramente: “É preciso que os Vereadores tenham coragem para assumir suas posições”. Lembro bem disso: “É preciso que os Vereadores tenham coragem para assumir suas posições”, quando, então, eu me manifestei, dizendo: “Prefeito, quero lhe agradecer, o senhor está dizendo algo que é óbvio, mas que há muito tempo tem de se dizer”. Os Vereadores precisam ter coragem no exercício de seus mandatos, mas precisam, mais do que ter coragem, ter responsabilidade no exercício de seus mandatos. E, sem ser o mais corajoso do mundo - estou repetindo o que foi dito em dezembro do ano que passou - quero dizer a V. Exa. que sou agradecido por essa boa lição que o Senhor nos dá, pois me permite dizer, agora e já, que vou votar contra, pois não há condições de votar os seis projetos que o Senhor encaminhou agora, pedindo para serem votados ainda neste ano. Eu fiz assim, agora, esse termo de baixo calão, a mim não agrada, mas não agride. Eu não sou o corajoso do mundo. E essa vinculação que ele dá nessa palavra que eu não quero colocá-la nos anais da Casa. Isso para mim representa um momento importante da minha vida. Eu não costumo carregar isso no intestino, quando possível, excluo. E isso não tem absolutamente nada de irregular. Se isso justifica o termo por ele empregado, isso é problema dele. Eu soube que o PMDB ofereceu uma proposta para nós convidar o Prefeito para vir aqui discutir conosco. Acho que o caminho era o melhor, no resto, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, não vamos fazer desse problema que, realmente, deste gesto inadequado do Prefeito, altamente inadequado, não vamos fazer disso uma guerrilha permanente para ficarmos tomando o debate da Câmara por

todo tempo. Por mim, o Prefeito que vá cuidar da vida dele, que da minha eu sei cuidar muito bem. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol. A Ver.^a Mônica está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 202/17.

A SRA. MÔNICA LEAL: Obrigada, Ver. Valter Nagelstein, que preside os trabalhos nesta Sessão, que eu considero extremamente triste, ao ponto que nós chegamos de analisar aqui a convocação do Prefeito de Porto Alegre para explicar termos chulos usado num evento em São Paulo do MBL. Eu considero lamentável o próprio mandatário do Município emitir opiniões negativas sobre o Legislativo local e isso ecoar entre os cidadãos. Deveria o mesmo, antes de falar se esforçar para manter a harmonia e o equilíbrio de ideias, mediando, facilitando, e não, dificultando a articulação entre os Poderes. Muito menos ofendendo os Vereadores desta Casa. Escutei o Ver. Moisés que justificou o que não tem justificativa, porque basta ouvir o vídeo, que o Prefeito diz Câmara Municipal, Parlamentares. Compreendo a sua fala, Vereador, mas, por favor, assista ao vídeo de novo, o vídeo está claro. O Ver. Pujol utilizou a tribuna e disse que o problema é o termo chulo; é verdade, eu me senti ofendida, e vou dizer por que: eu levo muito a sério o meu mandato, eu só sei a hora que saio de casa, nunca sei a hora que eu volto. Abro mão da minha vida pessoal, cada vez mais longe de casa e longe da família, porque eu amo o que eu faço, eu respeito o Parlamento, para mim é sagrado, e eu escutei o maior mandatário do meu Município ofender os Vereadores, me senti ofendida, fiquei triste, fiquei chateada, mas eu não quero convocar o Prefeito, nem convidar o Prefeito para explicar o que não tem explicação. Na minha opinião, as pessoas podem errar, mas ele deveria ter consertado esse erro em seguida, no que se deu conta. Deveria ter reunido os Vereadores, pedido desculpas, tentado explicar pessoalmente. Quero dizer para os senhores, meus colegas, com os quais eu vivo grande parte da minha vida, acho que mais até do que com a própria família, funcionários desta Casa, eu tive a honra de ser funcionária por doze anos: eu prezo muito, respeito muito cada um de vocês, gosto do que eu faço, levo muito a sério, e fiquei, sim, ofendida, fiquei envergonhada quando eu tive que explicar para os meus filhos que o Prefeito da minha Cidade chamou os

Vereadores de uma palavra que eu não sei nem repetir, porque foi criada numa rígida disciplina militar, em que nomes feios e palavrões são ofensas. É ruim, é triste, mas eu não quero convocar o Prefeito, eu não quero convidar o Prefeito, não tem o que explicar, sinto muito, vou votar contra, porque as explicações dele, para mim, não servem mais. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver.^a Mônica Leal. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 202/17.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, onde eu vivo, de onde eu vim, a maior virtude de um homem, de um ser humano, de uma pessoa é assumir as coisas que faz. Isso eu aprendi com o meu pai quando eu era criança, a assumir o que faz e o que diz. Não adianta o Prefeito e os seus defensores subirem à tribuna e dizerem que não foi dito. O Prefeito já falou mal desta Casa antes, não foi a primeira vez. Ele falou mal desta Casa logo no início do ano; depois, falou mal desta Casa na votação do projeto dos 4% dos servidores públicos; falou mal desta Casa na questão do Previmpa; falou mal desta Casa no início e no final do IPTU; falou mal desta Casa em várias reuniões do Orçamento Participativo – vários vídeos foram mostrados aqui; e, não satisfeito, continuou falando mal desta Casa no sábado, num programa de rádio, e lá na Restinga para a comunidade. Fica a critério desta Casa, fica a critério dos Vereadores continuarem ouvindo o Prefeito falar mal no Congresso da sua turma. Isso não foi nada do que ele disse, são 16 minutos – se alguém, na semana que vem, quiser me dar o tempo de Comunicações, eu boto o vídeo na íntegra –, ele começa falando mal das pessoas, da imprensa, de todos os Parlamentares, e termina com esse final. São 16 minutos dizendo que tem que fazer e acontecer, então não era uma palestra, era uma opinião pessoal dele; e, quando a gente é gestor público, a gente não tem opinião pessoal, a gente deixa de ter opinião pessoal, a gente só tem opinião pessoal no futebol. Aí, vem dizer que eu sou incoerente, ainda foi falar de mim na rádio. Incoerente! Eu não prometi para ninguém que não tiraria a segunda passagem, eu não prometi para ninguém que não aumentaria impostos em Porto Alegre. O Ver. Cecchim, em outubro do ano passado, no outro plenário, disse ao Ver. Kevin Krieger que ele estava apoiando o menino maluquinho que

andava esbaforido pela cidade. Eu não disse que ia resolver os problemas da cidade que está esburacada. No rádio ele disse que é tudo culpa dos Vereadores, da imprensa – agora arrumou mais um inimigo -, da sociedade. Nos culpou porque uma minoria desta Casa votou contra o IPTU. Disse que nós mentimos sobre o IPTU. Na verdade, ele foi mentiroso e demagogo, porque disse que o IPTU ia fazer justiça social. Só que em nenhum momento ele nos apresentou a redução de IPTU, como falou no programa e lá na Restinga, e uma minoria o derrotou aqui na Câmara. A matemática que aprendi na escola é uma ciência exata: 36 menos 25 é uma minoria que votou com ele. A maioria rejeitou os projetos do IPTU. Assim como a maioria aprovou a derrubada do veto do projeto do Ver. Paulinho. Ou o Prefeito respeita esta Casa, ou esta Casa vai continuar submissa às vontades do Prefeito. Independência. Vários Vereadores se dizem independentes e digo para esses refletirem: Independência se dá, quando se adquire a autonomia política do seu governo; independência se dá, quando se adquire a autonomia econômica do seu governo; autonomia se dá quando se adquire a independência total do seu governo; independência se dá, quando se atua com independência seja no seu governo, seja no seu parlamento; independência se dá, quando não se tem a dependência financeira. Isso é ser independente. Não é ficar submisso a um governo que está deixando nervosa e aflita a população de Porto Alegre por suas atitudes. Acho que não leram o documento que não é só sobre a expressão que o Prefeito usou no seu grupo de amigos lá em São Paulo. O documento é mais alguma coisa que o Prefeito deve explicações à Câmara de Vereadores de Porto Alegre. E um ditado muito popular que está em todos os rincões do Brasil e do mundo: quem não deve, não teme.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 202/17.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde colegas, eu, na última Sessão em que tratamos do tema, eu não dei quórum, porque eu confesso que não estou gostando desse debate, acho que é um debate que, apesar de eu ser contrário à fala do Prefeito, acho que foi muito mal em ter falado o que falou, tanto das palavras, quanto da forma que se dirigiu. Mas eu acho que nós estamos apequenando um pouco o nosso Legislativo ao trazer para

cá, inclusive, de maneira inconstitucional, uma convocação do Executivo para dar declarações sobre o que ele referiu aos Parlamentares no sentido geral. Eu confesso que não me senti ofendido pela fala dele, até por que muitas vezes eu mesmo já falei muitas coisas do Prefeito e pretendo continuar falando sempre que eu achar que for necessário. E acho que liberdade de expressão também é isso, poder falar aquilo que a gente pensa e poder fazer a política daquela maneira.

Eu vejo aqui na nossa Ordem do Dia, nós temos 32 projetos para serem votados. Nós temos sete Sessões pela frente de votações, até o nosso recesso, e me preocupa a gente estar usando o tempo do Legislativo para ficar fazendo convocação inconstitucional de prefeito, enquanto a gente tem tanta coisa importante para a Cidade a se votar.

Então, me causa um certo desconforto, e também por isso eu resolvi, naquela ocasião, não dar quórum, e eu sou muito tranquilo em falar isso, não me sinto representado e tampouco ofendido pela fala do Ver. Cláudio Janta sobre qualquer interesse escuso, qualquer tipo de compromisso que eu teria com o Prefeito ou que outros Parlamentares teriam com o Prefeito, para serem da sua base e não serem independentes, porque, primeiro, não tenho cargo no Governo, sempre fui independente e nunca me preocupei em parecer ser. Então acho que esse debate apequena o Legislativo. Discordo em estarmos dedicando tempo a isso e gostaria de estar apreciando tantos projetos importantes para a Cidade, como tem aqui na nossa Ordem do Dia que é o que efetivamente importa. E eu gostaria que, pelo menos para o Prefeito, servisse de lição esse desperdício de tempo do Legislativo, que servisse de lição para que ele pensasse nas próximas vezes que fosse falar e que tomasse mais cuidado com as palavras para não causar esse reboiço aqui no plenário. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 202/17.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu o escutei, Ver. Reginaldo Pujol, com muita atenção, principalmente quando V. Exa. falou do conceito, do palavrão, ou do sinônimo, quando se referiu à fala do Prefeito, ainda no ano passado, quando ele disse que precisaria ter coragem, e o antônimo disso, no popular –

ele não teve coragem –, se falou cagalhão. Eu não me senti atingido, eu não sou, eu não sou. Nós vimos um Presidente da República dizer que tinha de ter aquilo roxo; foi cassado por causa de um carro, ninguém falou nada daquilo roxo, só cassaram ele por causa de um carro. Teve um outro Presidente que disse que aquelas mulheres teriam que ter dedo duro! Não fizeram nada; ele disse isso e repetiu. Quantas vezes ele repetiu isso? Eu não vi a Ver.^a Sofia e ninguém falar nada sobre o dedo duro das mulheres. Nós ouvimos tanta coisa de tantos políticos, de tantos parlamentares, colegas nossos, muitas coisas ofensivas. Eu já ouvi Parlamentar, colega nosso, chamar o outro de ladrão, chamar o fulano de ladrão que é muito pior do que chamar de cagalhão, com todo o respeito a quem está nos ouvindo. E chamam mesmo de ladrão, sem prova, sem nada, a pessoas sérias, para pessoas sérias! E nós ficamos quietos. Agora, o Ver. Oliboni se sentiu ofendido com a palavra cagão. É um direito dele, eu acho que não foi bom mesmo, eu acho que a palavra não precisava ter sido usada. Mas se ele dissesse que tem Vereador, que tem Parlamentar que não tem coragem para enfrentar uma platéia, eu concordo, não tem mesmo, e são muitos e não são cagalhões; são covardes. Quando a galeria enche, eles votam de acordo com a galeria e vão falando: “Ah, eu não posso votar porque, tu vê, eu tenho gente que me representa.” Eu tenho gente que me representa na galeria, então, eu vou votar com eles. Mas eu não penso assim. Isso é ser o quê? O que é ser isso, Ver. Pujol?

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Ver. Sofia, não ponha palavras na minha boca, porque a senhora sabe que se acovardou muitas vezes, ou é muito demagoga quando vê três pessoas aplaudindo e a senhora se desmancha toda. Um pequeno aplauso faz a Ver.^a Sofia virar montanhas. Vereadora, estou concordando que tem muito covarde nessa vida. Ver. Janta, quero-lhe agradecer por definir aquilo que é independente, eu sou independente, segundo V. Exa., eu sou independente, porque não tenho e nunca tive cargo neste Governo, eu não dependo financeiramente nem deste nem de outros Governos, não dependo, não tenho problema nenhum. Se eu fosse reclamar do Ver. Janta e da Ver.^a Mônica, tinha que colocar os dois no Procon, porque eles fizeram propaganda enganosa, se eles pensam isso do Prefeito agora, eles fizeram propaganda

enganosa para a cidade pedindo voto para ele. Tem que ir para o Procon! Mas não vou fazer isso, porque eles têm o direito de fazer campanha para quem quiserem porque acreditaram, naquela época, que era assim.

(Aparte antirregimental da Ver.^a Mônica Leal.)

O SR. IDENIR CECCHIM: É o que estou explicando, Ver.^a Mônica, não vou fazer isso porque na época a senhora pensava assim. Às vezes a gente fala num entusiasmo, e eu imagino até que o Prefeito foi nesse entusiasmo que ele falou um palavrão, podia ter usado um termo mais adequado, só isso. Agora existem brigas políticas que devemos respeitar. Eu respeito todos os Vereadores. eu achei o Ver. Janta um bom Líder do Governo. Quero dizer bem a verdade, mas chegou um momento que não se entendeu mais com o seu Prefeito. Foi um bom Líder, depois não deu mais certo, não vou ser eu quem vai criticar o Janta porque saiu da Liderança do Governo. Eu não participei nem da escolha do Líder, nem fui chamado, nada, mas sempre me dei bem com o Ver. Janta quando Líder do Governo. Até votei algumas coisas a pedido do Líder do Governo que eu entendia que estavam certas, e continuo fazendo assim, independente, igualzinho ao conceito que o Ver. Janta deu aqui de quem é independente. Igualzinho, sem dever nada para ninguém. E continuo independente, falando aquilo que eu entendo. E não quero dizer que, quando eu falo, eu tenho razão; às vezes, eu até me submeto a ser convencido; com argumentos firmes, eu não tenho problema nenhum de ser convencido. Mas, por enquanto, eu acho... Até, olha, parece que a Liderança do Governo pediu para que acontecesse a votação e não se esvaziasse o quórum. Eu queria cumprimentar o Ver. Luciano Marcantônio e o Ver. Moisés, que foram corajosos aqui em pedir que acontecesse a votação, independente de resultado. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 202/17.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu acredito que as falas dos colegas Vereadores que utilizaram a tribuna defendendo que

o Prefeito seja convocado pela Câmara de Vereadores porque ele usou uma palavra que ofendeu alguns Vereadores, deram uma dimensão muito grande, na minha opinião indevida. A dimensão é totalmente demasiada. Os colegas que vieram aqui defender que esta dimensão é demasiada e dizendo para votar contra a convocação têm toda a razão. Têm toda a razão! Quantas vezes, em discursos, em comícios, em congressos, no calor da emoção fala-se coisas que a gente se arrepende depois? Isso é a coisa mais comum. Por trás dessa convocação, há o interesse político de desgastar o Governo e desgastar o Prefeito com os Vereadores, e isso não ajuda em nada a nossa Cidade. Isso não ajuda o Governo a realizar as grandes ações que esta Cidade precisa. Respeito todos os colegas Vereadores aqui, é meu terceiro mandato, e não vou me incompatibilizar com ninguém ao defender, com convicção, que esta Casa errou muito em aprovar o requerimento da convocação e errará mais ainda se aprovar hoje a vinda do Prefeito a esta Casa por convocação. Isso é um absurdo! É interesse político-eleitoral puro; isso não é para o bem da Cidade. O bem da Cidade é continuarmos as mediações, é continuarmos contribuindo para que os servidores tenham uma boa construção com o nosso Governo; é contribuir para que o Governo coloque pessoas preparadas para cada vez qualificar, e resolver o déficit que ficou na nossa LOA de 2018. Resolver muitas das questões em que esta Câmara tem tido extremo sucesso na mediação. Mas não fazer isso, de chamar o Prefeito por ele, num discurso em São Paulo, ter usado uma palavra ofensiva – a mim não ofendeu, para mim não serviu esse chapéu. Acho lamentável e não vou deixar de respeitar todos aqui, mas nós, com tantos assuntos graves para resolver como o projeto dos aplicativos, o projeto da lei dos táxis, os projetos priorizados. E quando tem que flexibilizar, o Governo flexibiliza. Estamos deixando de votar tais projetos porque há um acordo e temos que resolver uma liminar. Nós crescemos e atendemos os municipais. A greve acabou por uma mediação que esta Câmara assim fez, mas também porque o Prefeito atendeu todos os pontos; parem de falar aqui em privatização, pelo amor de Deus; parem de mentir para os funcionários, pelo amor de Deus! Não vai ter privatização do DMAE! Não vai ter redução de salário para servidor, pelo amor Deus! Por favor! Já foi decidido no dia 23 de outubro de 2017, em reunião do Prefeito com o Simpa. Por favor, reflitam muito bem antes de votarmos este Requerimento que é vergonhoso para nossa Casa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 202/17.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, publico que nos assiste. Olhando a discussão sobre este Requerimento, podemos analisá-la por vários ângulos. Em um deles, concordo com a grande maioria dos Vereadores, o Prefeito usou uma palavra que talvez um chefe do Executivo, Ver.^a Mônica, não devesse utilizar em público. Se ele usasse outra expressão, com falta de coragem de Parlamentares, se ele trocasse essa mesma palavra por falta de coragem, que é o que acontece, na minha opinião, com vários Parlamentos, não na Câmara Municipal somente, mas no Estado, no Governo Federal e, provavelmente, no mundo inteiro, nós sabemos, comentamos entre nós, Ver. Marcantônio, as várias vezes que a plateia lotou, as corporações, sabemos o quanto é forte o cooperativismo. E os Vereadores e os Deputados, o Legislativo, na Câmara ou na Assembleia Legislativa, têm a maior dificuldade, Ver. Pujol, de votar qualquer projeto contra a plateia. Então, a falta de coragem dos Parlamentares, de um modo geral, sabemos que existe. Não quer dizer que seja regra que todos os Parlamentares votem o que a plateia quer. Mas que a grade maioria acaba sendo influenciada pelas galerias, isso todos nós sabemos que é verdade. Não gostei da palavra que ele usou, mas a mim não me atingiu, porque, primeiro, ele não falou em Câmara Municipal de Porto Alegre, ele falou nos Parlamentares em geral e, para mim, não serviu esse chapéu porque eu já votei várias vezes contra a plateia. Então, eu tenho tranquilidade, vou votar contra. Agora, vemos aqui – e é claro – os próprios Vereadores que pedem para convocar o Prefeito a vir à Câmara Municipal prestar o esclarecimento de um assunto que é corriqueiro, um discurso do Prefeito... Acho que temos muito mais para fazer, Ver. Pujol, a Cidade está cheia de problemas. E também não existe convocação no nosso Regimento da Câmara, nós estamos criando uma figura de convocação do Prefeito, isso nunca aconteceu na Câmara Municipal, é uma questão para aproveitar para fazer discurso político, tanto é que os mesmos Vereadores que colocaram Requerimento não queriam que eu subisse na Tribuna para discutir o Requerimento e querem ir embora, querem adiar para quarta para continuar batendo na quarta-feira. Nós temos mais o que fazer, Vereadores! Nós temos uma Cidade que urge com problemas. Nós temos um

orçamento para votar. Nós temos problemas e sabemos que temos problemas. Vamos convidar o Prefeito não para vir falar sobre as palavras dos seus discursos, vamos convidar o Prefeito para vir falar sobre as finanças do Município, que está no nosso Regimento. Convidar o Prefeito para debater assuntos de interesse da Cidade. Eu pergunto: o que vai mudar, na cidade de Porto Alegre, o Prefeito vir aqui discutir com os Vereadores numa tarde inteira quando nós temos vários assuntos para discutir, Ver. Pujol, sobre as palavras que o Prefeito falou, se ofendeu ou não ofendeu, o que interesse isso para 1,5 milhão de habitantes da cidade de Porto Alegre? Vamos convidar o Prefeito para vir debater o orçamento do Município, para definir as finanças, se tem dinheiro ou não tem dinheiro no Município para pagar as contas, por que está atrasando os salários dos funcionários públicos? Falar por que isso. Agora, convocar, criar um novo requerimento que não existe no nosso Regimento para discutir as palavras que o Prefeito usou num discurso em São Paulo, isso é fazer populismo e polarizar a política entre direita esquerda, oposição, Governo. Vamos convidar o Prefeito para discutir assuntos pertinentes à Cidade, a este, sim, eu sou favorável. Faça um convite, Ver. Aldacir Oliboni, para vir discutir as finanças do Município, faça perguntas a respeito das finanças. Agora, as palavras que o Prefeito usou num discurso com o MBL para mim pouco importam, até porque ele nem citou a Câmara Municipal de Porto Alegre, e também porque não me serviu esse chapéu. Se, por ofensa, formos convocar o Prefeito, quantas vezes eu vi Vereadores, aqui, nesta Legislatura, chamarem o Prefeito de mentiroso, e eu não vi o Prefeito convocar Vereadores para darem explicações ou para se desculparem.

Então, Vereadores, eu sou favorável a fazer um convite para tratar de assuntos pertinentes à Cidade. Agora, por picuinha, por se sentirem ofendidos, isso é um assunto que cada um deve tratar. Acho que a cidade de Porto Alegre não merece uma tarde inteira de um debate sobre se foi ou não uma ofensa, porque isso tudo é recurso público que está envolvido, e manter uma Câmara de Vereadores, com 36 Vereadores, com todas as pessoas que trabalham nesta Casa, para ouvir um Prefeito, quando temos tantos problemas na Cidade, eu acho que não é pertinente. Convide o Prefeito e eu votarei favoravelmente para ele vir esclarecer problemas de finanças ou qualquer outro problema da Cidade. Agora, por se sentir ofendido, não concordo e votarei contra. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Mauro Pinheiro.

O Sr. Aldacir Oliboni: Nobre Presidente, apenas para esclarecer, porque alguns Vereadores falaram que é inconstitucional. Esse requerimento foi feito baseado na Lei Orgânica, art. 57, inc. X, que diz ser atribuição da Casa convocar ou convidar o Prefeito; assim como é atribuição, lá, no art. 57, Inc. I, dar posse ao Prefeito. Apenas para esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Aldacir Oliboni.

A Sra. Fernanda Melchionna (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Apregoo Memorando nº 021/2017, de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação no 42º Congresso da União Brasileira de Estudantes Secundaristas, em Goiânia, Goiás, no dia 30 de novembro de 2017.

O Ver. Mendes Ribeiro solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares nos dias 29 e 30 de novembro de 2017. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pela Ver.^a Fernanda Melchionna. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezoito Vereadores presentes. Não há quórum.

Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 19h42min.)